



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA**  
**DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS XIII – ITABERABA/BA**  
**COLEGIADO DE DIREITO**

**DAISE TANAN DA SILVA**

**O PAPEL DA POLÍCIA NA PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA NO ÂMBITO ESCOLAR:  
UMA ANÁLISE CRÍTICA DAS ABORDAGENS DE SEGURANÇA EM  
ITABERABA-BA**

Itaberaba/Ba

2024

**DAISE TANAN DA SILVA**

**O PAPEL DA POLÍCIA NA PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA NO ÂMBITO ESCOLAR:  
UMA ANÁLISE CRÍTICA DAS ABORDAGENS DE SEGURANÇA EM  
ITABERABA-BA**

Projeto de pesquisa relativo ao componente curricular Monografia III, depositado como requisito para a aprovação na disciplina, na Universidade do Estado da Bahia, colegiado de Direito.

Orientador(a): Ney Menezes

**DAISE TANAN DA SILVA**

**O PAPEL DA POLÍCIA NA PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA NO ÂMBITO ESCOLAR:  
UMA ANÁLISE CRÍTICA DAS ABORDAGENS DE SEGURANÇA EM  
ITABERABA-BA**

Este Projeto de Monografia Foi Julgado E Aprovado Para Obtenção de Créditos Na Terceira Avaliação No Componente Curricular Monografia III, do Curso De Bacharelado em Direito da Universidade Do Estado Da Bahia, CAMPUS XIII.

**Profº. Dr. Ney Menezes Filho**

**Docente Do Componente Curricular Monografia III**

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Profº. Ms. Gilberto Batista**

---

**Profº. Ms. Daniel Fonseca.**

Dedico ao meu orientador e a minha família, que me ajudaram  
para a realização deste trabalho. Muito obrigada!

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por me conceder sabedoria, saúde e força para superar os desafios enfrentados.

À universidade, seu corpo docente, direção e administração, que proporcionaram a oportunidade que hoje vejo como um horizonte superior, baseado na confiança no mérito e na ética.

Ao Prof. Dr. Ney Menezes, pela oportunidade e apoio na elaboração deste trabalho. A minha mãe, Janete Tanan, pelo apoio incondicional e ao meu pai Edilson Alves (*in memoriam*).

Aos meus irmãos, Daiane Tanan e Adson Tanan.

Ao meu esposo, Cláudio Vinicius, e aos meus filhos, Yasmin Tanan, Enzo Kalel e Cláudio Vicenzo.

Agradeço a todos os meus familiares, parentes e amigos que, com seu incentivo, me ajudaram a concluir meu curso e iniciar uma nova carreira.

" A violência, seja qual for a maneira como ela se manifesta, é sempre uma derrota". (Jean Paul Sartre)

## RESUMO

Este estudo analisa o papel da polícia na prevenção à violência no ambiente escolar em Itaberaba-BA, adotando uma análise crítica das abordagens de segurança implementadas. A pesquisa investiga as práticas vigentes e avalia sua eficácia na promoção de um ambiente escolar seguro e acolhedor. Observa-se que as estratégias frequentemente adotadas são predominantemente reativas, focando na presença física da polícia e na resposta a incidentes específicos, sem abordar de maneira abrangente as causas estruturais da violência. Esta abordagem limitada pode comprometer a criação de um ambiente educacional verdadeiramente seguro e propício ao desenvolvimento integral dos estudantes. Por outro lado, propõe-se uma abordagem mais abrangente e proativa, envolvendo a colaboração entre educadores, psicólogos, assistentes sociais e membros da comunidade para desenvolver estratégias de prevenção primária. Isso inclui a implementação de políticas escolares preventivas, o fortalecimento dos laços comunitários e o suporte integral à saúde mental e emocional dos alunos. Por meio dessa abordagem colaborativa e multidisciplinar, busca-se não apenas mitigar os efeitos da violência escolar, mas também fomentar um ambiente de aprendizado positivo e inclusivo em Itaberaba-BA.

Palavras-chave: polícia; violência escolar; segurança pública; prevenção primária; Itaberaba-BA.

## **ABSTRACT**

This study analyzes the role of the police in preventing violence in the school environment in Itaberaba-BA, adopting a critical analysis of the security approaches implemented. The research investigates current practices and evaluates their effectiveness in promoting a safe and welcoming school environment. It is observed that the strategies frequently adopted are predominantly reactive, focusing on the physical presence of the police and the response to specific incidents, without comprehensively addressing the structural causes of violence. This limited approach can compromise the creation of a truly safe educational environment conducive to the integral development of students. On the other hand, a more comprehensive and proactive approach is proposed, involving collaboration between educators, psychologists, social workers and community members to develop primary prevention strategies. This includes implementing preventative school policies, strengthening community ties, and providing comprehensive support for students' mental and emotional health. Through this collaborative and multidisciplinary approach, we seek not only to mitigate the effects of school violence, but also to foster a positive and inclusive learning environment in Itaberaba-BA.

Keywords: police; school violence; public security; primary prevention; Itaberaba-BA.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	10
<b>2 VIOLÊNCIA ESCOLAR: CONTEXTUALIZAÇÃO</b>	13
<b>2.1 Paralelo entre a escola e a prisão</b>	23
<b>2.2 Criminologia e reação social</b>	26
<b>3 A ESCOLA COMO O PRIMEIRO SEGMENTO DO APARATO DE SELEÇÃO E DE MARGINALIZAÇÃO NA SOCIEDADE.</b>	29
<b>3.1 Hierarquia de poder: Dinâmica de exclusão</b>	30
<b>3.2 Panoptismo e vigilância no ambiente escolar</b>	34
3.2.1 Panoptismo no ambiente escolar: Pontos negativos	37
<b>3.3 Normalização e disciplina: O cultivo da conformidade</b>	38
<b>4 SIGNIFICADO DA CATEGORIA CRIMINOLÓGICA PREVENÇÃO</b>	40
<b>4.1 Espécies de prevenção</b>	42
4.1.1 Prevenção primária	43
4.1.2 Prevenção secundária	44
4.1.3 Prevenção terciária	45
<b>4.2 Como prevenir de maneira eficaz as situações de violência escolar?</b>	47
<b>5 INSERÇÃO DA POLÍCIA NO ÂMBITO ESCOLAR</b>	49
<b>5.1 Programa Educacional De Resistência às Drogas e à Violência (PROERD)</b>	54
<b>5.2 Operação ronda escolar</b>	55
<b>5.3 Quais estratégias foram utilizadas nas escolas de itaberaba-ba no ano de 2023?</b>	57
<b>5.4 O contraste da escola pública e da escola privada em face as intervenções da violência no âmbito escolar</b>	59
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	63
<b>7 REFERÊNCIAS</b>	65
<b>8 APÊNDICE</b>	69

## 1 INTRODUÇÃO

No Brasil, nos últimos anos, houve um aumento significativo nos casos de violência nas escolas, o que tem provocado medo, preocupação e incerteza entre famílias, educadores e a população em geral.

Com isso, a violência nas escolas é um problema que transcende fronteiras, que embora seja um fenômeno antigo, tem recebido cada vez mais atenção e despertado preocupação na sociedade.

Nesse sentido, o aumento do interesse por estudos acerca da violência nas escolas reflete a preocupação com o bem-estar, a segurança dos alunos e com o impacto negativo que a violência pode ter no ambiente educacional como um todo.

Desse modo, compreender as causas, os padrões e as consequências da violência escolar são fundamentais para a formulação de políticas e estratégias eficazes de prevenção e intervenção.

Em face ao exposto, o presente estudo visa analisar os desafios e limitações do papel da polícia na prevenção aos massacres escolares, pois esses eventos deixam cicatrizes indeléveis nas vidas das vítimas, das famílias e da sociedade. Destarte é imprescindível obter uma compreensão aprofundada das origens e dos cenários em que ocorrem a violência, visando criar abordagens eficazes para a prevenção e a promoção de um ambiente escolar seguro.

Assim, o tema foi escolhido devido ao aumento significativo de massacres ocorridos no âmbito escolar, nos últimos anos no Brasil, que aterrorizaram todo o país gerando temor social generalizado.

Logo, é imprescindível analisar o uso da polícia como estratégia de prevenção a ataques nas escolas, pois apesar de ser parte de um conjunto de medidas para garantir a segurança dos estudantes é necessário considerar cuidadosamente o equilíbrio entre segurança e ambiente educacional.

No tocante a garantia jurídica, esse tema aborda aspectos basilares garantidos pela Constituição Federal de 1988, como o direito a segurança e a educação, tal qual assegurar o que é preconizado no Estatuto da criança e do adolescente.

Sendo assim, este estudo tem como objetivo geral compreender os desafios e as limitações do papel da polícia como ferramenta de prevenção à violência no âmbito escolar em Itaberaba/BA no ano de 2022 a 2023.

Os objetivos específicos estão pautados em analisar a violência no âmbito escolar, pesquisar as categorias criminológicas da prevenção para o enfrentamento do problema da violência escolar e avaliar o papel da polícia como estratégia de prevenção da violência no âmbito educacional.

O método de pesquisa adotado no presente estudo foi o de abordagem qualitativa, uma vez que, trabalha com exposição de análise, conceitos e ideias, além de possibilitar um corte geoespacial, que possibilita explorar as particularidades de um determinado espaço, considerando as dinâmicas sociais, culturais e espaciais presentes nessa área, na medida em que, essa abordagem enriquece a compreensão dos fenômenos estudados e permite a formulação de recomendações e intervenções mais adequadas aos contextos locais.

Outro aspecto relevante é que o método escolhido se vale também da técnica de pesquisa da entrevista. Dessa forma, foi aplicado um questionário, elaborado através do google forms, contendo 22 participantes da área da educação (professores, diretores e coordenadores) do município de Itaberaba/Ba, sendo 80% dos participantes da rede pública e 20% da rede particular. Vale ressaltar, que foram utilizados codinomes para resguardar a identidade dos envolvidos.

Com os dados encontrados no questionário aplicado, assim como, na revisão de literatura, foi realizado uma análise crítica com base no contraste entre a escola pública e a privada na gestão da segurança. Além disso, o estudo evidenciou as divergências e as convergências relacionadas aos métodos de segurança adotados na rede de ensino.

Nesse sentido, os resultados obtidos no presente estudo tiveram como base as respostas dos participantes, bem como, pesquisas existentes sobre o tema, incluindo casos de massacres escolares, que ocorreram em diferentes contextos.

Portanto, foi possível identificar fatores de riscos comuns e quais estratégias de prevenção que têm sido implementadas nesses casos, com o fito de analisar as políticas, as práticas e as iniciativas implementadas, bem como, a avaliação dos impactos e da eficácia nos métodos preventivos relacionados à violência escolar.

Outro aspecto analisado foi o uso da polícia como forma de prevenção em face aos ataques nas escolas, diante dos episódios de violência que ocorreram no país.

Desse modo, após a realização do estudo foi possível observar que a maioria dos ataques foram praticados por alunos ou de ex-alunos das instituições de ensino. Esses dados corroboraram a importância fundamental dos estudos acerca da

problemática, pois é necessário estudar as estratégias de prevenção, cuidadosamente, a fim de manter o bem-estar dos alunos, assim como o aprendizado.

Em relação a relevância pessoal acerca da temática do projeto se deu devido ao fato de ser militar e mãe de duas crianças em idade escolar e nos últimos anos a sensação de insegurança em mandar os filhos para a escola tem sido uma realidade diária, principalmente após o último atentado que ocorreu em uma creche na cidade de Blumenau, que gerou uma onda de insegurança e medo no ambiente escolar. Outro fator preponderante para a escolha se deu pelo interesse de compreender quais estratégias de prevenção estão sendo utilizadas pela polícia para coibir a ocorrência desses eventos, do mesmo modo que, os impactos psicológicos que essa medida preventiva pode gerar nos alunos.

Desse modo, a implementação das estratégias visíveis de segurança para combater incidentes de violência nas escolas está sendo amplamente discutida no Brasil. Observou-se que após um período de duas semanas marcado pelo medo e pânico nas instituições de ensino do país, várias escolas recorreram ao uso da polícia para restaurar a sensação de segurança para os alunos e os pais. Foi uma manobra que as instituições de ensino e os Estados tiveram para dar uma resposta rápida a sociedade.

Assim sendo, o trabalho transcorreu a partir do método conceitual-analítico, visto que utilizou conceitos e ideias de outros autores, semelhantes com os objetivos presentes no estudo, para a construção de uma análise científica. Por outro lado, o método aplicado foi o indutivo, onde através de observação de uma premissa menor, foi possível construir uma premissa maior e geral.

Dessa forma, o estudo teve como objetivo responder a seguinte pergunta: Quais medidas de segurança foram implementadas pelas escolas de Itaberaba/Ba após os ataques que ocorreram em algumas redes de ensino do país no ano de 2022 e 2023 e quais os efeitos acerca do uso da polícia como estratégia de prevenção?

## 2 VIOLÊNCIA ESCOLAR: CONTEXTUALIZAÇÃO

Para realizar uma análise completa da violência é essencial começar definindo suas diversas formas, o que, por sua vez, facilita sua mensuração científica. Primeiramente, é importante destacar que existem várias maneiras de definir a violência.

Nesse contexto, a Organização Mundial da Saúde define violência como o uso intencional de força física ou poder, seja de forma real ou em ameaça, contra si mesmo, contra outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade.<sup>1</sup> Conseqüentemente, esse uso intencional pode resultar ou ter grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação.

No Brasil, o cenário educacional abrange um total de 178.300 escolas de ensino básico, conforme dados do INEP de 2023.<sup>2</sup> O primeiro registro de um ataque a uma escola brasileira ocorreu em agosto de 2001, no estado da Bahia. Desde então, ao longo de 22 anos, o país testemunhou um total de 36 ataques, perpetrados por 39 estudantes e ex-estudantes, distribuídos por 37 instituições de ensino. Esses incidentes deixaram uma marca trágica, resultando em 40 vítimas fatais e deixando 102 feridos.<sup>3</sup>

Das 37 escolas afetadas pelos ataques, a maioria, totalizando 30 unidades, eram públicas, sendo distribuídas entre 17 escolas estaduais e 13 municipais, enquanto apenas sete eram privadas. Essas instituições abrangem uma ampla gama de níveis educacionais, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, com uma prevalência notável de escolas que oferecem ensino médio e anos finais do ensino fundamental.<sup>4</sup>

Essa diversidade reflete a abrangência dos incidentes, que impactaram tanto escolas de administração pública quanto privada em diferentes regiões do país.

Dessa forma, os massacres em ambientes escolares representam uma triste realidade tanto no Brasil quanto em várias partes do mundo. Esses eventos

---

<sup>1</sup> Organização Mundial da Saúde. Informe mundial sobre a violência e saúde. Genebra (SWZ): OMS; 2002.

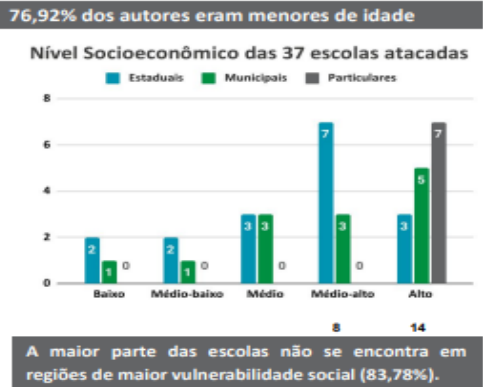
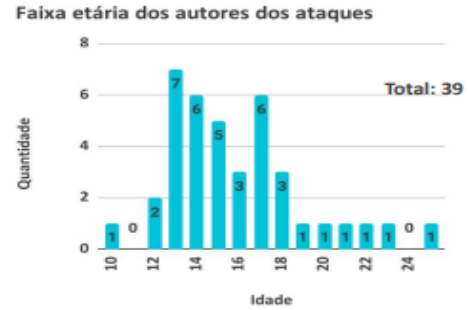
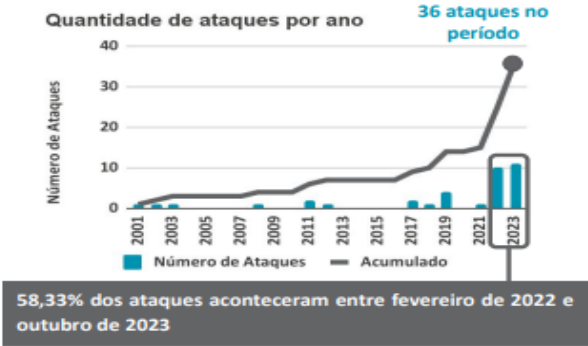
<sup>2</sup> INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da Educação Básica 2022: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2023

<sup>3</sup> VINHA, Telma. **Ataques de violência extrema em escolas no Brasil**. Disponível em: [https://d3e.com.br/wp-content/uploads/relatorio\\_2311\\_ataques-escolas-brasil.pdf](https://d3e.com.br/wp-content/uploads/relatorio_2311_ataques-escolas-brasil.pdf). Acesso em: 07/04/2024.

<sup>4</sup> VINHA, Telma. **Ataques de violência extrema em escolas no Brasil**. Disponível em: [https://d3e.com.br/wp-content/uploads/relatorio\\_2311\\_ataques-escolas-brasil.pdf](https://d3e.com.br/wp-content/uploads/relatorio_2311_ataques-escolas-brasil.pdf). Acesso em: 07/04/2024.

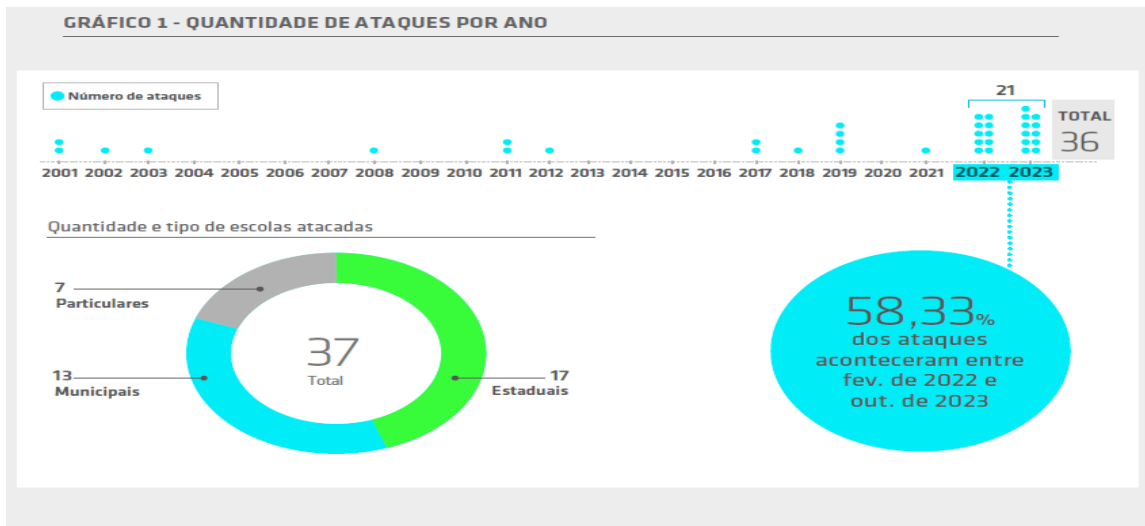
lamentáveis, nos quais vidas são ceifadas geram um grande temor social. Assim, causam uma preocupação global devido à sua recorrência e as consequências que os efeitos desses atentados repercutem na sociedade.

**INFORMAÇÕES SOBRE OS ATAQUES**



5

Fonte: [https://d3e.com.br/wp-content/uploads/one-page\\_2310\\_ataques-escolas-brasil.pdf](https://d3e.com.br/wp-content/uploads/one-page_2310_ataques-escolas-brasil.pdf)



6

Fonte: [https://d3e.com.br/wp-content/uploads/relatorio\\_2311\\_ataques-escolas-brasil.pdf](https://d3e.com.br/wp-content/uploads/relatorio_2311_ataques-escolas-brasil.pdf)

<sup>5</sup> [https://d3e.com.br/wp-content/uploads/one-page\\_2310\\_ataques-escolas-brasil.pdf](https://d3e.com.br/wp-content/uploads/one-page_2310_ataques-escolas-brasil.pdf) Acesso em: 07/04/2024.

<sup>6</sup> VINHA, Telma. **Ataques de violência extrema em escolas no Brasil**. Disponível em: [https://d3e.com.br/wp-content/uploads/relatorio\\_2311\\_ataques-escolas-brasil.pdf](https://d3e.com.br/wp-content/uploads/relatorio_2311_ataques-escolas-brasil.pdf). Acesso em: 07/04/2024.

De acordo com a pesquisa feita pelo Instituto de Estudos Avançados da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), apresentada pela pesquisadora Telma Vinha em webinar promovido pela Associação de Jornalistas de Educação (Jeduca), até o ano 2000, registros de massacres escolares eram praticamente inexistentes, porém, desde então, a realidade mudou drasticamente. Dados da pesquisa revelam que entre 2002 e 2023, houve 23 ataques registrados, com metade deles ocorrendo nos últimos dois anos.<sup>7</sup>

Segundo Vitor Blotta, uma parte substancial do problema está ligado ao fato de que a escola é atravessada e reprodutora de diversas formas de violência, incluindo racismo, capacitismo, machismo e transfobia. “Cria-se esse estigma do jovem problema, do jovem violento. E as políticas para amenizar o problema acabam pendendo para o punitivismo”, afirmou ele.<sup>8</sup>

Outro aspecto abordado pela pesquisa é que a dificuldade em compreender essa problemática está na falta de um padrão claro que explique por que determinadas escolas são alvo desses ataques. Elementos como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), casos de violência escolar, natureza pública ou privada da instituição e condições de recursos humanos e infraestrutura física não oferecem indicadores consistentes para entender as motivações por trás desses eventos.

Além disso, a aprendizagem dos métodos para realizar esses ataques frequentemente ocorre por meio da internet, seja na *Deep Web* ou, mais recentemente, em plataformas de fácil acesso como redes sociais e *chats* de jogos *online*.<sup>9</sup>

Diante desse cenário, surge a recomendação de não propagar imagens e vídeos dos agressores e dos ataques, pois a repercussão desses conteúdos pode servir como gatilho para novos ataques. A necessidade de um olhar atento sobre questões relacionadas à convivência e ao clima escolar torna-se crucial para lidar com esse desafio.

---

<sup>7</sup> VINHA, Telma. **Ataques de violência extrema em escolas no Brasil**. Disponível em: [https://d3e.com.br/wp-content/uploads/relatorio\\_2311\\_ataques-escolas-brasil.pdf](https://d3e.com.br/wp-content/uploads/relatorio_2311_ataques-escolas-brasil.pdf). Acesso em: 07/04/2024.

<sup>8</sup> <https://agencia.fapesp.br/para-acabar-com-ataques-em-escolas-e-preciso-ir-alem-das-medidas-de-seguranca-afirmam-especialistas/41841>. Acesso em: 22/05/2024.

<sup>9</sup> VINHA, Telma. **Ataques de violência extrema em escolas no Brasil**. Disponível em: [https://d3e.com.br/wp-content/uploads/relatorio\\_2311\\_ataques-escolas-brasil.pdf](https://d3e.com.br/wp-content/uploads/relatorio_2311_ataques-escolas-brasil.pdf). Acesso em: 07/04/2024.

O filósofo Kurz enfatiza que o aumento dos comportamentos descontrolados e agressivos, conhecidos como "atos amoques", é resultado do cenário social atual, influenciado pela globalização.

Certamente, relatos sobre alguns amoques já são conhecidos também do passado. Mas cabe aos excessos sanguinolentos actuais uma qualidade própria e nova. Eles não se deixam encobrir por uma névoa cinza de generalidade antropológica. Pelo contrário, trata-se inequivocamente de produtos específicos de nossa sociedade contemporânea.<sup>10</sup>

Portanto, a compreensão desses incidentes exige uma abordagem multidimensional, envolvendo aspectos psicossociais, culturais e educacionais. A prevenção e o enfrentamento desses ataques requerem uma ação conjunta que envolva a comunidade escolar, autoridades, profissionais de saúde mental e a sociedade como um todo. Investir em medidas que promovam um ambiente escolar seguro, inclusivo e livre de discriminação é fundamental para proteger não apenas os estudantes, mas toda a comunidade envolvida no processo educacional.

No cenário internacional, massacres em escolas também marcaram profundamente diversas nações. Eventos como o de *Columbine High School*, nos Estados Unidos, em 1999, e o ataque na Escola *Sandy Hook*, em 2012, são exemplos que chocaram o mundo, suscitando discussões sobre políticas de segurança, saúde mental e prevenção da violência.<sup>11</sup>

Esses trágicos eventos têm levado governos, instituições educacionais e a sociedade em geral a buscarem medidas preventivas mais eficazes para proteger alunos, professores e funcionários, além de promover um ambiente escolar seguro e saudável. A discussão sobre causas, intervenções e medidas preventivas continua sendo um tema crucial em busca de minimizar e prevenir futuros episódios de violência em ambientes escolares, visando preservar vidas e garantir a segurança de todos os envolvidos.

Um episódio de violência que chocou o mundo e ficou marcado como um dos massacres mais cruéis foi o ocorrido em *Columbine*. Esse trágico evento ocorreu na cidade de *Columbine*, localizada no estado do Colorado, Estados Unidos, resultando em 13 mortes e no suicídio dos atiradores, ganhando ampla cobertura midiática nos

---

<sup>10</sup> KURZ, Robert. A frieza para com o próprio eu e a pulsão de morte do sujeito sem fronteiras. EXIT!, mai. de 2017, p. 50-69. Disponível em: . Acesso em 29 de maio. de 2024.

<sup>11</sup> MASSACRE de Columbine. Memória Globo, 28 de out. de 2021. Coberturas. Disponível em: . Acesso em 03 de nov. de 2023.

Estados Unidos. Nele, os jovens Eric Harris e Dylan Klebold, um de 18 e o outro de 17 anos na época, foram os autores do mais conhecido atentado contemporâneo em uma instituição escolar, o "Massacre de *Columbine*".<sup>12</sup>

A magnitude dessa tragédia ultrapassou fronteiras, ganhando repercussão global por ser transmitida em tempo real pela televisão norte-americana, chocando o mundo com a brutalidade dos acontecimentos. Contudo, as investigações policiais desvelaram uma intrincada teia de motivações por trás do ataque. *Harris e Klebold*, foram impulsionados por um sentimento de vingança, pois eram vítimas de *bullying*.

A minuciosa apuração revelou que o atentado foi meticulosamente planejado com antecedência. Os jovens de 17 e 18 anos deixaram registros em vídeos, nos quais detalhavam seus planos macabros para o dia fatídico na escola, expressando até mesmo pedidos de desculpas aos pais. Esse sombrio desfecho reflete não apenas a gravidade do evento em si, mas também incita uma profunda reflexão sobre os tormentos e dilemas enfrentados por adolescentes marginalizados e o impacto nefasto do *bullying* nas comunidades escolares.

O massacre de *Columbine* serviu como um alerta doloroso para repensar não somente as medidas de segurança nas escolas, mas também para desencadear discussões urgentes sobre saúde mental, prevenção ao *bullying* e o papel dos meios de comunicação na cobertura de tragédias. A necessidade premente de oferecer suporte emocional e psicológico aos jovens, assim como de promover um ambiente escolar inclusivo e empático, torna-se uma prioridade incontestável diante dessa dolorosa e evitável catástrofe.

Portanto, *Columbine* transcende o mero registro de um episódio trágico na história contemporânea. Ele convoca uma reflexão profunda sobre a responsabilidade coletiva em proteger e nutrir o bem-estar emocional e social dos jovens, a fim de evitar futuros episódios.

Em face do exposto, é possível compreender que a presença da violência sempre fez parte do dia a dia das pessoas. No entanto, é fundamental destacar que a compreensão e a definição de violência variam de acordo com o período histórico, o

---

<sup>12</sup> MASSACRE de Columbine. Memória Globo, 28 de out. de 2021. Coberturas. Disponível em: . Acesso em 03 de nov. de 2023.

local e o contexto sociocultural, conferindo-lhe uma natureza dinâmica inerente à vida social.<sup>13</sup>

O aumento do interesse por estudos acerca da violência nas escolas reflete a preocupação com o bem-estar e a segurança dos alunos, principalmente com o impacto negativo que a violência pode ter no ambiente educacional como um todo. Compreender as causas, os padrões e as consequências da violência escolar é fundamental para a formulação de políticas e estratégias eficazes de prevenção e intervenção.

O comportamento agressivo no âmbito escolar não se limita a ações individuais, mas reflete normas sociais e estruturas institucionais. Ela abrange desde agressões físicas até formas mais sutis de discriminação. Esses comportamentos são influenciados por desigualdades de poder e hierarquias, perpetuando a marginalização. Para abordar efetivamente esse problema, é necessário considerar não apenas as manifestações individuais, mas também as condições sociais e culturais subjacentes, promovendo um ambiente escolar inclusivo e respeitoso para todos os estudantes.<sup>14</sup>

É importante ressaltar que a violência nas escolas não se restringe apenas à violência física, mas abrange também a violência psicológica, verbal e simbólica. Além disso, a violência pode se manifestar de diferentes formas, como o *bullying*, as agressões entre alunos, o vandalismo e a presença de armas nas escolas.

Nesse sentido, as pesquisas sobre violência escolar têm desempenhado um papel fundamental no fornecimento de *insights* e informações para lidar com esse problema.

Com isso, é imprescindível compreender as causas e os contextos em que a violência ocorre, com o intuito de desenvolver estratégias efetivas de prevenção, promoção de um ambiente seguro e saudável, e intervenção adequada nos casos em que a violência já está presente.

De acordo com Drawin existem duas concepções distintas, originadas de uma raiz etimológica ligada ao termo latino "*violentiae*", que significa intensidade, impetuosidade e força. No primeiro sentido, a abrangência não se limita ao âmbito

---

<sup>13</sup> ABRAMOVAY, Miriam. (coord). Cotidiano das Escolas: entre violências. Brasília: Unesco, Observatório de Violências nas escolas, Ministério da Educação, 2006.

<sup>14</sup> PAIN, JACQUES. **Os desafios da escola em face da violência e da globalização: submeter-se ou resistir?** In: SILVA, Joyce Mary Adam de Paula e; SALLES, Leila Maria Ferreira (orgs.). Jovens, violência e escola: um desafio contemporâneo– São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

humano, mas abarca a força presente em fenômenos físicos ou naturais, assim como a segregação.<sup>15</sup>

Nesses casos, a violência juvenil, frequentemente rotulada como delinquência, deve ser reavaliada e compreendida em seus aspectos que promovem transformação. No entanto, para alcançar tal compreensão, é necessário reconhecer a presença da violência nas relações sociais para além do que normalmente é evidente, destacando as nuances envolvidas nos jogos de poder presentes nas interações sociais.

Dessa forma, há uma conexão entre a violência "estrutural" e a violência social. Seguindo essa premissa teremos que, a violência estrutural emerge como um desdobramento de uma ideologia que prevalece na sociedade, a qual impõe leis e normas para o controle social, favorecendo certos grupos em detrimento de outros, resultando em desigualdades e exclusão de determinados segmentos sociais.<sup>16</sup>

Assim, é possível *compreender* que as violências nas escolas são também regulações inconscientes e institucionalizadas das relações sociais”.<sup>17</sup>

Com base nesse entendimento percebe-se que o conceito de biopoder contribui para a legitimidade da violência social ao desviar sua ênfase da ameaça de morte ao indivíduo, direcionando-a para o controle de sua existência.<sup>18</sup>

Foucault explora o conceito de biopoder ao analisar as estratégias de vigilância e punição, destacando um poder que se concentra na gestão controlada dos corpos e na administração minuciosa da vida.<sup>19</sup>

Desse modo, Pereira e Williams destacam a importância definir de forma sistemática o conceito de violência escolar. Esses pesquisadores enfatizam que aqueles envolvidos na violência escolar podem desempenhar diferentes papéis como participantes do fenômeno e reforçam a perspectiva interacionista de que comportamentos agressivos são aprendidos socialmente.<sup>20</sup>

---

<sup>15</sup> DRAWIN, C. R. **O paradoxo antropológico da violência**. In: ROSÁRIO, Â. B. do; KYRILLOS NETO, F.; MOREIRA, J. de O. (Orgs.). *Faces da violência na contemporaneidade: sociedade e clínica*. Barbacena: EdUEMG, 2011. p.12-32.

<sup>16</sup> DRAWIN, C. R. **O paradoxo antropológico da violência**. In: ROSÁRIO, Â. B. do; KYRILLOS NETO, F.; MOREIRA, J. de O. (Orgs.). *Faces da violência na contemporaneidade: sociedade e clínica*. Barbacena: EdUEMG, 2011. p.12-32.

<sup>17</sup> PAIN, Jacques. **Os desafios da escola em face da violência e da globalização: submeter-se ou resistir?** In: SILVA, Joyce Mary Adam de Paula e; SALLES, Leila Maria Ferreira (orgs.). *Jovens, violência e escola: um desafio contemporâneo*— São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

<sup>18</sup> FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 1994.

<sup>19</sup> FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 1994.

<sup>20</sup> PEREIRA, Ana Carina Stelko-; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. **“Reflexões sobre o conceito de violência escolar e a busca por uma definição abrangente”**. *Temas em Psicologia*, Vol.18, no1, 45-55, 2010.

Seguindo essa premissa Emile Durkheim, um dos fundadores da sociologia moderna, definiu o conceito de "fato social" como um elemento essencial para compreender como a sociedade exerce influência sobre os indivíduos. Para que um comportamento, crença ou sentimento seja considerado um fato social, ele deve atender a três características fundamentais: coercitividade, exterioridade e generalidade.<sup>21</sup>

Assim, a coercitividade refere-se ao poder de imposição que os padrões culturais de uma sociedade têm sobre os indivíduos. Isso significa que há uma pressão social que obriga os indivíduos a conformarem-se às normas e regras estabelecidas. Ela pode ser percebida tanto de forma explícita, através de leis e regulamentos, quanto de forma implícita, através de normas sociais e expectativas coletivas. Por exemplo, seguir as normas das escolas, respeitar horários de trabalho são comportamentos que exemplificam a coercitividade, pois há uma pressão para que todos os indivíduos cumpram essas normas.

Além disso, a exterioridade diz respeito ao fato de que os fatos sociais existem independentemente da vontade ou da consciência dos indivíduos. Quando nascemos, encontramos uma sociedade já organizada com suas próprias leis, normas, tradições e sistemas econômicos. Esses elementos não são criados pelo indivíduo, mas sim algo que ele deve aprender e se adaptar através de processos como a educação, socialização e convivência social. Por exemplo, a língua que falamos, as tradições culturais que seguimos e o sistema educativo ao qual somos submetidos são todos aspectos da exterioridade dos fatos sociais.

Por fim, a generalidade implica que os fatos sociais são comuns a todos os membros de uma sociedade ou a uma parte significativa dela. Eles não são fenômenos isolados, mas sim padrões de comportamento e pensamento que se aplicam coletivamente. Por exemplo, o uso de vestimentas adequadas em diferentes contextos sociais, como formalidades em eventos importantes ou roupas casuais em situações cotidianas, são práticas generalizadas que a maioria dos indivíduos segue.

Portanto, os fatos sociais são essenciais para manter a coesão e a ordem dentro de uma sociedade, influenciando os comportamentos individuais de maneira profunda e, muitas vezes, inconsciente. Exemplos práticos dessa influência são o

---

<sup>21</sup> DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

sistema educacional e as normas de trânsito. A educação formal nas escolas é um fato social que tem coercitividade, exterioridade e generalidade.

Vale ressaltar que um dos elementos presentes na cultura da violência é a crença de que apenas a "força física" é capaz de resolver conflitos. Isso resulta na divisão do mundo entre os considerados fracos e fortes. O agressor é associado ao medo e ao ódio, enquanto a vítima é tratada com desprezo e indiferença por parte do agressor<sup>22</sup>

Por essa ótica é possível compreender que a instituição escolar não estabelece um diálogo com a sociedade, optando por se isolar e evitar a discussão pública dos problemas que ocorrem em seu interior. Argumenta ainda que, prevalece uma cultura de isolamento nas instituições escolares, muito embora haja avanços na relação entre educação e sociedade.<sup>23</sup>

Nesse sentido, é responsabilidade da escola abrir-se ao debate, revelando as dificuldades e as tentativas de compreensão e enfrentamento da situação, para que a violência escolar deixe de ser vista como um fenômeno isolado e restrito à escola, podendo ser analisada em sua complexidade e abrangência como um fenômeno que transcende o âmbito escolar, envolvendo a sociedade como um todo.

A afirmação destaca a semelhança entre os sistemas educacional e o penal, argumentando que ambos desempenham essencialmente a mesma função de reproduzir as relações sociais e manter a estrutura hierárquica da sociedade. Além disso, eles criam mecanismos eficazes que dificultam a integração dos setores mais desfavorecidos e marginalizados da classe trabalhadora, ou até mesmo iniciam processos de marginalização direta.

Dessa forma, tanto o sistema escolar quanto o sistema penal desempenham papéis na perpetuação das desigualdades sociais. Ele afirma que o sistema educacional muitas vezes reproduz as normas e valores da classe dominante, reforçando assim as hierarquias sociais existentes. Da mesma forma, o sistema penal pode direcionar de forma desproporcional a punição e o controle social para determinados grupos, como minorias étnicas e economicamente desfavorecidas.<sup>24</sup>

---

<sup>22</sup> COSTA, J. F. 1993. **O medo social**. Veja: 25 anos. Reflexões Para o Futuro. Abril: São Paulo, 1993, pp. 82-89.

<sup>23</sup> ARROYO, M. G. **Quando a violência infantojuvenil indaga a pedagogia**. *Revista Educação e Sociedade*, Campinas, v.28, n.100, p.787-807, maio/ago. 2007.

<sup>24</sup> BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal: introdução à sociologia do direito penal**; tradução Juarez Cirino dos Santos – 6 ed. – Rio de Janeiro: Editora Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2011.

Nessa perspectiva, de acordo com o que sugere o autor, tanto a escola quanto o sistema penal podem agir como mecanismos de exclusão e marginalização, impedindo a mobilidade social e perpetuando a desigualdade.

Ambas as instituições têm como objetivo principal a normalização dos indivíduos, moldando-os de acordo com padrões preestabelecidos pela sociedade. A prisão busca corrigir e reabilitar os infratores, transformando-os em cidadãos "disciplinados" e "produtivos". Da mesma forma, a escola busca moldar os alunos para que se ajustem aos valores, normas e expectativas sociais, preparando-os para se tornarem membros obedientes e produtivos da sociedade.<sup>25</sup>

Abramovay, Cunha e Calaf ressaltam que na escola, assim como em outras instituições que promovem a socialização, existem normas e valores que são baseados em regras explícitas e implícitas. No entanto, apenas o conhecimento dessas medidas não garante necessariamente que sejam respeitadas e seguidas de forma adequada para alcançar os resultados desejados.<sup>26</sup>

Oliveira coloca que as parcerias entre os sistemas educacionais e as instituições de segurança pública têm levado as escolas a adotarem iniciativas que visam principalmente atender aos temores da sociedade, em vez de buscar abordagens que promovam uma reflexão sobre o problema em uma direção que não se limite a uma perspectiva exclusivamente policial.<sup>27</sup>

A noção de que a presença policial é essencial para o adequado funcionamento da escola está repleta de imprecisões. Dessa forma, é perceptível que esse entendimento é mais proeminente entre os adultos e pode estar associada a mudanças nas relações entre a escola e a comunidade, onde a escola não é mais considerada um espaço seguro e se torna alvo de diversos tipos de ataques. Como forma de prevenir e controlar essas situações, a escola muitas vezes recorre à segurança e à intervenção policial.<sup>28</sup>

---

<sup>25</sup> BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal: introdução à sociologia do direito penal**; tradução Juarez Cirino dos Santos – 6 ed. – Rio de Janeiro: Editora Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2011.

<sup>26</sup> ABRAMOVAY, Miriam; CUNHA, A. L.; CALAF, P. P. **Revelando tramas, descobrindo segredos: violência e convivência nas escolas**. Brasília: RITLA, SEEDF, 2009. Disponível em: <<http://www.miriamabramovay.com/site/index.php>. Acesso em: 10 jun. 2024.

<sup>27</sup> OLIVEIRA, Windson J. M. **A policialização da violência em meio escolar**. Belo Horizonte: MIMEO, 2008.

<sup>28</sup> ABRAMOVAY, Miriam (coord). **Cotidiano das escolas: entre violências**. Brasília : UNESCO, Observatório de Violência, Ministério da Educação, 404 p, 2005.

## 2.1 Paralelo entre a escola e a prisão

A relação entre a prisão e a escola é fundamental para compreender a forma que essas instituições operam como mecanismos de controle social e disciplina. Foucault argumenta que tanto a prisão quanto a escola são instituições de poder que exercem formas específicas de vigilância e normalização.<sup>29</sup>

Para ele, a prisão é uma manifestação do poder disciplinar, que busca controlar os indivíduos por meio da vigilância constante, da hierarquia e do estabelecimento de normas rígidas. Da mesma forma, a escola, especialmente a escola tradicional, também opera como uma instituição disciplinadora, impondo regras e rotinas aos alunos, controlando seu tempo, comportamento e conhecimento.

Além disso, em algumas localidades, as instituições de ensino são cercadas por muros altos, monitoramento armado, câmeras de segurança e vigilantes na portaria, evocando uma reflexão baseada nas ideias do sociólogo francês Michel Foucault em sua obra "Microfísica do Poder". Ao abordar os discursos e sujeitos presentes nessa interdiscursividade, Foucault sugere que "não apenas os prisioneiros são tratados como crianças, mas também as crianças são tratadas como prisioneiros".<sup>30</sup>

Sob essa ótica, as escolas podem ser comparadas às prisões. Dessa forma, as instituições sociais não são meramente veículos de transmissão de conhecimento, mas também são locais onde o poder é exercido e mantido.

De acordo com os ensinamentos de Foucault o poder não é apenas repressivo, mas também produtivo, moldando comportamentos e normas sociais. Na escola, esse poder se manifesta por meio de práticas disciplinares, como vigilância constante, normalização do comportamento e hierarquia autoritária, do mesmo modo que é praticado nas prisões onde os prisioneiros são supervisionados, utilizam uniformes e mantem uma rotina baseada em normas e regras a serem seguidas.<sup>31</sup>

Desse modo, a analogia entre a prisão e a escola pode ser feita ao considerar como a sociedade punitiva se estende também à vigilância e controle presentes no

---

<sup>29</sup> FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.

<sup>30</sup> FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

<sup>31</sup> FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.

ambiente escolar. Assim como em outras instituições, a escola não apenas busca educar, como também exercer controle sobre os alunos, moldando seus comportamentos de acordo com as normas e valores estabelecidos pela sociedade. A vigilância na escola pode se manifestar através de regras rígidas, monitoramento constante dos alunos e punições por comportamentos considerados inadequados. Essa vigilância proativa tem como objetivo reprimir transgressões individuais e moldar ativamente as identidades dos alunos e mantê-los alinhados com as expectativas da sociedade.

Portanto, a escola pode ser vista como um microcosmo da sociedade punitiva, onde o poder é exercido através de sistemas de controle que visam manter a ordem e a conformidade com as normas estabelecidas.<sup>32</sup>

Além disso, destaca o papel do conhecimento no exercício do poder, argumentando que ele não é neutro, mas construído dentro de relações de poder. Assim, o conhecimento transmitido na escola reflete as ideologias e valores dominantes, legitimando e reforçando as estruturas hierárquicas existentes.

Isso possibilita a busca de soluções coletivas e a criação de políticas públicas para resolver o problema. De acordo com Baratta:

A homogeneidade do sistema escolar e do sistema penal corresponde ao fato de que realizam, essencialmente, a mesma função de reprodução das relações sociais e da manutenção da estrutura vertical da sociedade, criando, em particular, eficazes contra estímulos à integração dos setores mais baixos e marginalizados do proletariado, ou colocando diretamente em ação processos marginalizadores.<sup>33</sup>

Abramovay entende que as escolas não são apenas espaços onde as violências presentes na sociedade são reproduzidas, mas também são capazes de gerar formas particulares e distintas de violência, que são moldadas pelas características específicas do ambiente escolar.<sup>34</sup>

As violências existentes na sociedade, como discriminação, *bullying*, desigualdades socioeconômicas e exclusão social, são refletidas e muitas vezes reproduzidas dentro das instituições de ensino.

---

<sup>32</sup> FOUCAULT, Michel. *A Sociedade Punitiva: curso no Collège de France (1972- 1973)*: tradução Ivone C. Benedetti – São Paulo: Martins Fontes, 2015.

<sup>33</sup> BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal: introdução à sociologia do direito penal**; tradução Juarez Cirino dos Santos – 6 ed. – Rio de Janeiro: Editora Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2011.

<sup>34</sup> ABRAMOVAY, Miriam (coord). **Cotidiano das escolas: entre violências**. Brasília : UNESCO, Observatório de Violência, Ministério da Educação, 2005.

No entanto, além de replicar essas violências, as escolas podem criar suas próprias dinâmicas de violência, que surgem das interações cotidianas, das relações de poder entre alunos, professores e funcionários, das normas institucionais e das dinâmicas sociais exclusivas desse ambiente.<sup>35</sup>

A perspectiva de Foucault sobre as instituições, como a escola, é profundamente influenciada pela sua teoria das "microfísicas do poder". Em sua obra "Microfísica do Poder", ele argumenta que o poder não é apenas exercido de forma centralizada por instituições ou indivíduos dominantes, mas também se manifesta em níveis microscópicos e em interações cotidianas.<sup>36</sup>

Dentro da escola, isso significa que o poder não é apenas exercido pelo corpo docente ou pela administração, como também nas relações entre os alunos e entre alunos e professores. Essas micro relações de poder podem se manifestar em formas sutis, como normas de comportamento, expectativas sociais e mecanismos de controle informal.

Portanto, ao considerar a escola sob a lente das microfísicas do poder, é possível compreender que o poder não é estático ou unidirecional, mas sim fluido e dinâmico, englobando todas as interações sociais e moldando as estruturas de poder de maneiras complexas e multifacetadas.

Essas formas específicas de violência escolar podem se manifestar de diversas maneiras, como práticas de exclusão, ostracismo, intimidação, violência verbal ou física, entre outras. Elas são influenciadas pela estrutura organizacional da escola, pela cultura escolar predominante, pelas relações interpessoais e pela própria dinâmica de convívio entre os membros da comunidade escolar.

Essa ideia ressalta a importância de entender que a violência escolar não é apenas um reflexo do que acontece na sociedade, pois possui características e dinâmicas próprias que exigem uma abordagem específica e cuidadosa para sua compreensão e enfrentamento dentro do ambiente educacional.

---

<sup>35</sup> ABRAMOVAY, Miriam (coord). **Conversando sobre violência e convivência nas escolas**. Rio de Janeiro: FLACSO - Brasil, OEI, MEC, 2012.

<sup>36</sup> FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

## 2.2 Criminologia e reação social

A teoria do *labeling*, um conceito influente na criminologia, oferece *insights* valiosos quando aplicada ao contexto escolar. De acordo com essa abordagem, as instâncias formais de controle desempenham um papel crucial na criação e perpetuação de certos comportamentos entre os alunos. Assim, ao invés de focalizar exclusivamente nas ações dos estudantes considerados "indisciplinados", "maus alunos", o *labeling* direciona a atenção para as reações das autoridades escolares e das instituições de controle aos comportamentos considerados desviantes.

De acordo com Baratta:

Os criminólogos tradicionais examinam problemas do tipo "quem é criminoso?", "como se torna desviante?", "em quais condições um condenado se torna reincidente?", "com que meios se pode exercer controle sobre o criminoso?". Ao contrário, os interacionistas, como em geral os autores que se inspiram no *labelling approach*, se perguntam: "quem é definido como desviante?", "que efeito decorre dessa definição sobre o indivíduo?", "em que condições esse indivíduo pode se tornar objeto de uma definição?" e, enfim, "quem define quem?".<sup>37</sup>

Essa teoria propõe uma mudança de perspectiva, deslocando o problema do plano da ação para o da reação dentro do ambiente escolar. Em outras palavras, ela sugere que a indisciplina dos alunos não é meramente uma manifestação intrínseca de sua personalidade, mas sim uma construção social resultante das rotulações por parte da comunidade escolar. Os alunos são rotulados como "indisciplinados" com base nas respostas das autoridades educacionais, como professores, diretores e conselheiros. Esses rótulos podem ter consequências significativas, levando à estigmatização e marginalização dos alunos rotulados, o que, por sua vez, pode aumentar a probabilidade de comportamentos indisciplinados futuros.

Desse modo, a abordagem do etiquetamento social, embasada no interacionismo simbólico e marcada pela ruptura com as concepções tradicionais, oferece uma visão crítica sobre os mecanismos de reação social e os valores incorporados pelo sistema educacional. Nesse sentido, ao ser aplicada ao ambiente escolar, essa perspectiva lança luz sobre a forma como as categorizações sociais são

---

<sup>37</sup> BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal: introdução à sociologia do direito penal**, 3ª ed. Tradução: Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2002, p.88.

atribuídas aos alunos e como esses rótulos moldam suas experiências dentro da instituição educacional.

No contexto escolar, os defensores do etiquetamento social questionam a imparcialidade ideológica do sistema educacional e destacam a importância das interações sociais na construção da identidade dos alunos. Com isso, influenciados pelo interacionismo simbólico, esses estudiosos buscam compreender como as interações tangíveis entre linguagens, signos e símbolos contribuem para a formação da identidade social dos alunos e influenciam sua percepção pela comunidade escolar.

Assim, esse modelo criminológico enfatiza que as instituições de controle, como os diretores, professores, têm um papel significativo na criação de comportamentos ao rotular os alunos como “maus alunos”, “indisciplinados”. A abordagem do etiquetamento (labeling) desloca o foco do comportamento do indivíduo para as reações sociais e institucionais ao seu comportamento. Isso significa que a resposta das autoridades de controle é o que realmente define a característica comum dos indisciplinados, em vez de suas ações específicas. Essa abordagem destaca como a rotulação pode perpetuar um ciclo de criminalidade ao estigmatizar os indivíduos e limitar suas oportunidades de reintegração na sociedade.

Salomão Shecaira corrobora com esse entendimento ao afirmar que:

Parte-se de um modelo que eleva à categoria de fatores criminógenos as instâncias formais de controle. O labeling desloca o problema criminológico do plano da ação para o da reação (dos *bad actors* para os *powerful reactors*), fazendo com que a verdadeira característica comum dos delinquentes seja a resposta das audiências de controle.<sup>38</sup>

Dessa forma, ao desafiar a objetividade do sistema educacional, os defensores do etiquetamento social procuram uma análise mais profunda das dinâmicas sociais que influenciam as respostas institucionais aos comportamentos desviantes dos alunos. Essa abordagem crítica enfatiza a necessidade de uma reflexão mais ampla sobre o papel da escola na reprodução ou na mitigação das desigualdades sociais, bem como na promoção de um ambiente educacional mais inclusivo e equitativo.

Portanto, compreender o processo de rotulação e seus efeitos torna-se essencial para o desenvolvimento de estratégias eficazes dentro do ambiente escolar. Isso implica não apenas em punir os alunos considerados “indisciplinados”, mas

---

<sup>38</sup> SHECAIRA, Sérgio Salomão. **Criminologia**, 6ª ed., rev. atual. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 2014.

também em abordar as estruturas e práticas institucionais que contribuem para sua perpetuação. Ao criar um ambiente escolar mais inclusivo e acolhedor, onde os alunos se sintam valorizados e respeitados, as instituições educacionais podem reduzir a incidência de comportamentos indisciplinados e promover um ambiente propício para o aprendizado e o desenvolvimento pessoal. Assim, o processo de etiquetamento na escola pode influenciar o desempenho acadêmico, o bem-estar emocional e o desenvolvimento social dos alunos.

### **3 A ESCOLA COMO O PRIMEIRO SEGMENTO DO APARATO DE SELEÇÃO E DE MARGINALIZAÇÃO NA SOCIEDADE.**

O sistema escolar desempenha um papel crucial no processo de seleção e marginalização dentro da sociedade, funcionando como o primeiro segmento desse aparato. Desde os primeiros anos de educação, a escola fornece conhecimentos básicos e é responsável por socializar os indivíduos e transmitir valores e normas sociais. No entanto, ela também pode ser um espaço onde as desigualdades sociais são reproduzidas e acentuadas.

Em primeiro lugar, o acesso e a qualidade da educação são profundamente influenciados pelo contexto socioeconômico dos estudantes. Crianças de famílias mais abastadas geralmente têm acesso a escolas melhores, recursos educativos mais amplos e apoio extracurricular, enquanto crianças de famílias menos favorecidas muitas vezes enfrentam escolas com infraestrutura inadequada, falta de materiais didáticos e menos oportunidades de enriquecimento educacional. Esse desequilíbrio inicial pode criar um fosso que se alarga ao longo da trajetória escolar, influenciando o desempenho acadêmico e, conseqüentemente, as oportunidades futuras.

Além disso, o sistema escolar pode atuar como um mecanismo de seleção, segregando os alunos com base em suas habilidades acadêmicas e comportamentais. A prática de dividir os alunos em turmas ou escolas de diferentes níveis de desempenho pode reforçar estigmas e perpetuar a marginalização daqueles que já estão em desvantagem. Alunos com dificuldades de aprendizagem, por exemplo, podem ser direcionados para programas que não proporcionam as mesmas oportunidades de avanço acadêmico ou profissional, limitando suas perspectivas de vida.<sup>39</sup>

Partindo deste pressuposto Baratta assevera que:

O sistema escolar, no conjunto que vai da instrução elementar a média e a superior, reflete a estrutura vertical da sociedade e contribui para criá-la e para conservá-la, através de mecanismos de seleção, discriminação e marginalização.<sup>40</sup>

---

<sup>39</sup> BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal: introdução à sociologia do direito penal**, 6ª ed. Tradução: Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2014, p.171.

<sup>40</sup> BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal: introdução à sociologia do direito penal**, 6ª ed. Tradução: Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2014, p.172.

Diante do exposto é possível compreender que a escola, abrangendo desde a instrução elementar até os níveis médio e superior, espelha a estrutura vertical da sociedade e desempenha um papel significativo na sua criação e manutenção. Desse modo, esse sistema opera através de mecanismos de seleção, discriminação e marginalização.

Por fim, o currículo e as práticas pedagógicas também desempenham um papel significativo na marginalização. Um currículo que não reflete a diversidade cultural e social dos alunos pode alienar aqueles cujas experiências e identidades não são reconhecidas. Além disso, práticas pedagógicas que favorecem estilos de aprendizagem específicos podem deixar para trás alunos que não se encaixam nesses moldes. Assim, o sistema escolar não apenas reflete as desigualdades existentes na sociedade, mas também as reforça, contribuindo para a perpetuação de um ciclo de exclusão e marginalização. Para quebrar esse ciclo, é essencial uma abordagem educacional mais inclusiva e equitativa, que reconheça e valorize a diversidade e busque proporcionar oportunidades iguais para todos os alunos.

### **3.1 Hierarquia de poder: Dinâmica de exclusão**

O sistema escolar é estruturado em torno de hierarquias de poder, onde alguns indivíduos, como professores e administradores, têm mais autoridade e controle do que outros, como os próprios alunos.

Dessa forma, essas dinâmicas de poder desiguais podem levar à marginalização de certos grupos, incluindo minorias étnicas, econômicas ou culturais. Por exemplo, alunos de famílias de baixa renda podem enfrentar barreiras adicionais devido à falta de recursos ou apoio educacional, enquanto alunos pertencentes a minorias étnicas podem enfrentar discriminação e preconceito por parte de colegas e professores.

Segundo os ensinamentos de Foucault sobre o poder, este não se resume apenas a uma forma explícita de violência ou a um consentimento passivo por parte dos indivíduos. Pelo contrário, ele é compreendido como um conjunto de ações que moldam as possibilidades de comportamento dos sujeitos. Em outras palavras, o poder não se limita apenas a atos coercitivos ou a consentimentos óbvios; ele opera

de maneira mais sutil, influenciando o campo de opções disponíveis para as ações dos indivíduos.<sup>41</sup>

Essa perspectiva sugere que o poder está intrinsecamente ligado à capacidade de influenciar e moldar o comportamento humano, determinando quais ações são consideradas aceitáveis ou legítimas em determinado contexto social.

Foucault, embora reconheça a relevância da utilização da violência por parte dos detentores do poder, sustenta que a violência pode ser empregada, mas não é um princípio intrínseco às relações de poder. Ele coloca que:

Ele [o poder] não é em si mesmo uma violência que, às vezes, se esconderia, ou um consentimento que, implicitamente, se reconduziria. Ele é um conjunto de ações sobre ações possíveis; ele opera sobre o campo de possibilidade onde se inscreve o comportamento dos sujeitos ativo.<sup>42</sup>

Assim, o poder opera não apenas através de estruturas de coerção ou de formas explícitas de consentimento, mas também por meio de práticas discursivas, instituições sociais e normas culturais que moldam as escolhas e os comportamentos dos indivíduos.

Dessa forma, o culto à ordem e à disciplina, tão presente na política e nas instituições públicas, assim como a valorização da hierarquia, são evidentes no ambiente escolar através de sinais visíveis de poder. Esses sinais se manifestavam na organização do espaço, na regulamentação das vestimentas, materiais, comportamentos e gestos. Os corpos, vistos como propriedade do Estado, são também submetidos a posturas específicas, com as aulas de Educação Física sendo mais uma forma de disciplinar ao invés de promover sua liberdade de movimento. Assim, a disciplina corporal está estreitamente ligada à organização do espaço. A escola, inserida no contexto do sistema capitalista e corporativo, exerce o controle sobre o corpo e o tempo dos estudantes.

---

<sup>41</sup> FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.

<sup>42</sup> FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

Souza assevera que “ordem, limpeza e disciplina são componentes primordiais para uma boa organização escolar, fazem parte de um conjunto de dispositivos de contenção de gestos, dos instintos e das emoções”.<sup>43</sup>

A afirmação de Souza de traz à luz uma reflexão profunda sobre a relação entre a estruturação do ambiente escolar e a regulação dos comportamentos dos indivíduos que o habitam.

Em primeiro lugar, é importante compreender que a escola não é apenas um local de transmissão de conhecimento acadêmico, mas também um espaço de socialização e formação de valores e hábitos. Nesse sentido, a manutenção da ordem e da disciplina dentro da instituição não é apenas uma questão de organização física, mas também uma maneira de moldar o comportamento dos alunos e instilar neles valores como responsabilidade, respeito e cooperação.

A ordem e a limpeza, por exemplo, não se restringem apenas à aparência física do ambiente escolar, mas também têm o poder de influenciar o estado de espírito e a disposição dos estudantes para o aprendizado. Um ambiente limpo e organizado transmite uma sensação de cuidado e respeito, enquanto a desordem e a sujeira podem gerar desconforto e distração.

Além disso, a disciplina é essencial para estabelecer limites claros de comportamento e garantir um ambiente seguro e produtivo para todos os envolvidos no processo educacional. Através de regras bem definidas e da aplicação consistente de consequências para o descumprimento dessas regras, os alunos aprendem a controlar seus impulsos e a respeitar os direitos e necessidades dos outros.

No entanto, é importante ressaltar que a disciplina não deve ser confundida com autoritarismo. Enquanto a disciplina se baseia em normas e limites estabelecidos de forma justa e democrática, o autoritarismo se caracteriza pelo exercício arbitrário do poder, sem levar em consideração as necessidades e os interesses dos alunos.

Desse modo, é possível observar que na dinâmica da sala de aula, a aplicação dos conceitos foucaultianos ocorre por meio de mecanismos simples, conforme descrito pelo próprio Foucault: "o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e sua combinação num procedimento que lhe é específico, o exame." O "olhar hierárquico" refere-se à posição de destaque do professor, que confere a ele uma visão abrangente

---

<sup>43</sup> SOUZA, R. F. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo**: (1890-1910). São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998, p, 147.

sobre os alunos, possibilitando o exercício do poder através da vigilância, além de deixar evidente a relação hierarquizada existente naquele contexto.<sup>44</sup>

No tocante a "sanção normalizadora", ela envolve a imposição de normas e regras que regulam o comportamento dos estudantes, reforçando a autoridade do professor e estabelecendo padrões de conduta. Com isso, esses dois mecanismos se combinam no "procedimento específico, o exame", que não se limita apenas à avaliação do conhecimento dos alunos, mas também atua como um instrumento de controle e disciplina, moldando seus comportamentos e atitudes conforme as expectativas da instituição. Assim, a compreensão desses mecanismos simples permite uma análise mais profunda das práticas disciplinares dentro da sala de aula, à luz das teorias de Foucault sobre poder e controle social.<sup>45</sup>

Outra ferramenta importante utilizada nessa dinâmica de hierarquização é a fila. Ela se revela como uma poderosa estratégia disciplinar dentro do contexto escolar, manifestando-se não apenas na disposição das carteiras nas salas de aula, mas também em diversas outras situações cotidianas, como na formação para cantar o hino nacional, na hora de receber a merenda e no deslocamento pelos corredores durante a entrada e saída dos alunos.

Desse modo, essa organização em fileiras não apenas estrutura o espaço físico, mas também define a distribuição dos estudantes, tornando cada posição na fila uma unidade em constante movimento, onde um aluno substitui o outro. Assim, através desse mecanismo disciplinar, busca-se estabelecer um padrão de comportamento que atenda às exigências da instituição de forma satisfatória e disciplinada. Isso implica doutrinar os corpos dos alunos em relação a horários, modos e atividades, visando torná-lo produtivo e alinhado às normas estabelecidas.

Nesse contexto, é possível compreender que a dinâmica dos corpos e objetos no ambiente escolar ilustra um caráter alienante, no qual os alunos são moldados para se tornarem cidadãos eficientes para o Estado, embora sua liberdade e autonomia sejam substancialmente mitigadas, uma vez que são essencialmente controlados pelo Estado. Com isso, este contexto reflete o ápice do ideal republicano, onde o poder depende da utilização plena de todos os sujeitos como elementos essenciais para sua sustentação e funcionamento.

---

<sup>44</sup> FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramallete. 37. ed. Petrópolis: Vozes, 2009, p, 167.

<sup>45</sup> FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 1999, p, 143.

Além disso, a relação entre tempo e espaço na escola possui implicações significativas na estruturação da vida social e na construção da temporalidade urbana. A organização temporal e espacial na escola não apenas reflete, mas também influencia ativamente a racionalização das atividades sociais, estabelecendo padrões e ritmos que moldam não apenas o funcionamento interno da instituição, mas também a organização e a percepção do tempo na sociedade em geral. Assim, a escola não é apenas um local de transmissão de conhecimento, mas também desempenha um papel crucial na reprodução e legitimação das estruturas sociais e políticas.

Destarte, o tempo escolar é também um tempo disciplinar, uma vez que implica no respeito e cumprimento preciso dos horários estabelecidos, configurando-se como um meio pelo qual a criança internaliza a concepção cultural do tempo que rege a vida social. Dessa forma, entende-se que todas as atividades que compõem a rotina escolar estão rigidamente determinadas pelo horário.

Assim, existe um controle estrito e constante dos horários de entrada e saída, bem como do início e término de cada aula, atividade ou intervalo. Na escola, há uma distribuição específica do tempo para cada ação, seja para estudar, brincar ou, principalmente, para a realização de atividades acadêmicas. O professor, dentro da sala de aula, supervisiona e pressiona os alunos, evitando qualquer desvio que possa comprometer a eficácia do tempo disponível. Esse controle funciona tanto como uma medida corretiva quanto preventiva, configurando-se como uma forma de gerir o poder de forma eficiente.<sup>46</sup>

### **3.2 Panoptismo e vigilância no ambiente escolar**

No final do século XVIII, o filósofo inglês Jeremy Bentham apresentou o conceito de panóptico, uma configuração arquitetônica inovadora e peculiar, cujo design permite a observação constante de todos os indivíduos dentro de um espaço.

A etimologia do termo, derivada do grego "*pan*" (tudo) e "*optikos*" (visão), reflete precisamente essa capacidade de vigilância total. Bentham imaginou essa estrutura como um meio eficiente de supervisão em prisões, hospitais e escolas, onde um único observador, posicionado em uma torre central, poderia monitorar todos os ocupantes sem que estes soubessem quando estavam sendo observados. Esse conceito de

---

<sup>46</sup> SOUZA, R. F. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo**: (1890-1910). São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

vigilância invisível visava garantir a ordem e a disciplina, incentivando comportamentos desejáveis através da sensação contínua de estar sob escrutínio, revolucionando assim as práticas de controle social e institucional.

Dessa forma, de acordo com Bentham:

O panoptismo contém a ideia de um novo princípio de construção aplicável a qualquer tipo de estabelecimento, no qual pessoas são mantidas sob inspeção, particularmente em casas penitenciárias: prisões, abrigos, lazaretos, fábricas, hospitais, colônias de trabalho, manicômios e escolas com um plano de conduta (BENTHAM, 1843, p. 37).<sup>47</sup>

Com isso, essa vigilância constante cria um ambiente de autocontrole e disciplina, onde os alunos internalizam a sensação de que estão sempre sendo observados e avaliados.

Já o panoptismo, em relação aos ensinamentos de Foucault, refere-se à aplicação e interpretação dos conceitos do panopticon (panóptico) em seu trabalho. O filósofo analisou o panoptismo como um modelo de vigilância e controle social, onde a visibilidade é utilizada como instrumento de poder. Dessa forma, inspirado no panóptico concebido por Jeremy Bentham, Foucault explorou como essa estrutura arquitetônica representava um tipo de poder disciplinar, no qual os indivíduos são constantemente observados e, conseqüentemente, disciplinados em suas ações e comportamentos.

Em sua obra "Vigiar e Punir", Foucault descreve o panoptismo como um mecanismo de controle social que opera por meio da vigilância constante, mesmo quando não há um vigia presente fisicamente. Assim, no modelo do panóptico, a estrutura arquitetônica possibilita que o vigilante ocupe um ponto central, de onde pode observar todos os prisioneiros sem ser visto. Essa dinâmica cria uma atmosfera de autocontrole, onde os indivíduos passam a monitorar e regular seu próprio comportamento, antecipando a possibilidade de serem observados.<sup>48</sup>

Com isso, Foucault utilizou o panoptismo como uma metáfora para examinar diversos aspectos da sociedade moderna, incluindo instituições como escolas, hospitais, fábricas e prisões, onde formas de vigilância e controle social são

---

<sup>47</sup> BENTHAM, J. **Panopticon or the inspection-house**. In: BOWRING, J. (ed.) Works of Jeremy Bentham. Edinburgh: Tait, p. 37-172, 1843.

<sup>48</sup> FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramallete. 37. ed. Petrópolis: Vozes, 2009, p, 190 e 191.

empregadas para regular o comportamento dos indivíduos. Ele argumentou que o panoptismo não se restringe apenas a espaços físicos específicos, mas permeia várias esferas da vida social, exercendo um poder disciplinar que molda as subjetividades e os comportamentos das pessoas.

Foucault afirma que “ O Panóptico é uma máquina de dissociar o par ver-ser visto: no anel periférico, se é totalmente visto, sem nunca ver; na torre central, vê-se tudo, sem nunca ser visto”.<sup>49</sup>

No entanto, essa vigilância não é neutra; ela pode gerar tensões e conflitos, especialmente entre aqueles que se sentem injustamente monitorados. Além disso, a sensação de ser vigiado pode ser um dos primeiros passos na marginalização de certos grupos sociais. Por exemplo, alunos pertencentes a minorias étnicas ou socioeconômicas podem se sentir mais suscetíveis a serem monitorados devido a estereótipos e preconceitos arraigados, aumentando sua sensação de exclusão e marginalização dentro da instituição escolar.

Desse modo, a disciplina se vale da vigilância como um dos seus mecanismos mais eficazes. Contrariando a visão convencional de que o poder é exercido apenas através da violência e da coerção, Foucault argumenta que a sensação de estar sendo vigiado desempenha um papel significativo na regulação dos comportamentos e na conformidade com as normas sociais.

Assim, é possível compreender que na sociedade disciplinar, a disciplina não é apenas imposta de cima para baixo por figuras de autoridade claramente identificadas, como guardas ou disciplinadores. Ao contrário, ela opera de maneira mais sutil e difusa, infiltrando-se em todos os aspectos da vida social. A vigilância não se limita a uma presença física de observadores, mas também se manifesta como uma sensação internalizada de estar sendo constantemente monitorado.

Essa internalização da vigilância leva os indivíduos a regular seus próprios comportamentos e a exercer um autocontrole sobre seus gestos e atitudes. Eles aprendem a conformar-se às normas e expectativas sociais não apenas por medo de punição externa, mas também por uma sensação internalizada de vigilância constante.

---

<sup>49</sup> FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramallete. 37. ed. Petrópolis: Vozes, 2009, p, 191.

### 3.2.1 Panoptismo no ambiente escolar: Pontos Negativos

O panoptismo no ambiente escolar, embora possa ser percebido como uma ferramenta para manter a ordem e disciplina, também apresenta uma série de pontos negativos que merecem ser discutidos. Em primeiro lugar, a constante vigilância e controle exercidos sobre os alunos podem criar um ambiente de tensão e ansiedade, onde os estudantes se sentem constantemente observados e julgados. Isso pode levar ao desenvolvimento de um clima de desconfiança e paranoia, afetando negativamente o bem-estar emocional e psicológico dos alunos.

Além disso, o panoptismo escolar pode reforçar relações de poder assimétricas entre alunos e professores. Dessa forma, a sensação de excesso de monitoramento pode inibir a autonomia e a expressão individual dos alunos, levando-os a conformarem-se passivamente às expectativas impostas pela instituição. Isso pode criar um ambiente onde a criatividade e o pensamento crítico são suprimidos em favor da conformidade e obediência.

Outro aspecto negativo é o potencial para a discriminação e o tratamento injusto dos alunos. Quando a vigilância é exercida de forma indiscriminada, sem levar em consideração as diferenças individuais e as circunstâncias específicas de cada aluno, há o risco de que alguns estudantes sejam alvo de tratamento desigual ou até mesmo de abusos por parte das autoridades escolares.

Desse modo, o panoptismo pode vir a contribuir para a criação de um ambiente escolar autoritário e opressivo, onde as relações de poder são exercidas de forma coercitiva e arbitrária. Isso pode minar a confiança dos alunos na instituição educacional e prejudicar sua motivação para aprender e se desenvolver.

Embora o panoptismo escolar possa ser visto como uma forma de manter a ordem e disciplina, seus efeitos negativos sobre o bem-estar dos alunos, as relações de poder na escola e o clima geral de aprendizado não podem ser ignorados. É importante que as instituições educacionais busquem formas mais democráticas e inclusivas de promover a disciplina e o cuidado, respeitando os direitos e a dignidade de todos os alunos.

Portanto, um ambiente onde os alunos se sintam confortáveis para expressar seus pensamentos e opiniões, mesmo que divergentes, e onde o respeito pela diversidade de ideias e perspectivas sejam valorizados é de suma importância para a construção do aprendizado.

### 3.3 Normalização e disciplina: O cultivo da conformidade

O sistema escolar exerce um poder disciplinar que visa normalizar os corpos e mentes dos alunos, moldando-os para se conformarem aos padrões sociais dominantes. Esse processo de normalização opera em várias esferas da vida escolar, desde o vestuário até o comportamento em sala de aula e as normas de desempenho acadêmico. Aqueles que não se adequam a esses padrões estabelecidos são muitas vezes estigmatizados e marginalizados.

Assim, os alunos que não correspondem às expectativas acadêmicas ou comportamentais podem ser rotulados como "problemáticos" ou "indisciplinados", o que pode resultar em punições ou exclusão social dentro do ambiente escolar.

Essa pressão para se adequar às normas prevalecentes pode criar um ambiente hostil para aqueles que não se encaixam nos moldes estabelecidos, perpetuando assim as desigualdades sociais existentes na sociedade.

De acordo com os ensinamentos de Foucault:

O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadriha, o desarticula e o recompõe. Uma "anatomia política", que é também igualmente uma "mecânica do poder", está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos "dóceis" [...] Encontramo-los em funcionamento nos colégios, muito cedo; mais tarde nas escolas primárias.<sup>50</sup>

Diante do exposto, é possível compreender como as instituições sociais, como escolas e colégios, exercem controle disciplinar sobre o corpo humano. Destarte, Foucault descreve esse processo como uma "anatomia política" e uma "mecânica do poder", que desmonta, reorganiza e treina os corpos para se conformarem às normas sociais e às demandas do poder dominante.

Dessa forma, a disciplina é a técnica utilizada para esse controle, manifestando-se em práticas como horários rigorosos, uniformes e punições por mau comportamento. Nos colégios e escolas primárias, essas práticas são particularmente

---

<sup>50</sup> FOUCAULT, M. **O sujeito e o poder**. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. Michel Foucault - uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 231-249, 1995.

visíveis, moldando os alunos para se tornarem membros obedientes e produtivos da sociedade.

Portanto, essas práticas não apenas moldam o comportamento dos indivíduos, mas também seus corpos, transformando-os em corpos "dóceis", ou seja, corpos submissos e obedientes, prontos para serem utilizados como instrumentos de produção ou de conformidade social.

Esse trecho destaca a dinâmica pela qual o sujeito é objetificado dentro das práticas sociais, um processo que se origina das chamadas práticas divisórias. Essas práticas, ao fragmentarem o indivíduo em seu próprio âmago, separando corpo e mente, e ao estabelecerem dicotomias como louco/sadio, contribuem para a objetificação do sujeito. Essa prática é crucial para o exercício do controle sobre os indivíduos através dos dispositivos do biopoder.

Destarte, ao serem categorizados e discriminados de acordo com as normas e padrões estabelecidos pela sociedade, os sujeitos se tornam objetos analisáveis e manipuláveis. Logo, o biopoder, entendido como um conjunto de práticas que regulam e controlam a vida dos indivíduos, utiliza essa objetificação como uma ferramenta para gerir e disciplinar a população de acordo com os interesses do poder estabelecido.

Assim, o sujeito, ao ser constituído dessa maneira, perde sua subjetividade e se torna passível de ser observado, estudado e controlado como um objeto dentro do aparato social e político. Esse processo de objetificação é fundamental para a manutenção do poder e da ordem social, mas também pode resultar em formas de resistência e luta por parte daqueles que são subjugados por essas práticas.<sup>51</sup>

Assim, nos colégios e escolas primárias, essa disciplina é particularmente evidente. Desde cedo, os alunos são submetidos a rotinas rigorosas, onde são ensinados a obedecer, seguir instruções e se adaptar às normas estabelecidas. Eles são treinados não apenas academicamente, mas também fisicamente, para se tornarem membros produtivos e disciplinados da sociedade. Em suma, as instituições sociais exercem um controle disciplinar sobre o corpo humano, moldando-o de acordo com as exigências do poder dominante. Isso não apenas influencia o comportamento dos indivíduos, mas também sua própria corporeidade, criando corpos submissos e adaptados às demandas da sociedade.

---

<sup>51</sup> Foucault, M. (1995). **O sujeito e o poder**. Em H. L. Dreyfus & P. Rabinow (Orgs.). **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. (pp. 231-49). Rio de Janeiro: Forense Universitária.

#### 4 SIGNIFICADO DA CATEGORIA CRIMINOLÓGICA PREVENÇÃO

A violência escolar é caracterizada por qualquer ação ou falta de ação que resulte em danos ou tenha a intenção de prejudicar a escola, a comunidade escolar ou seus integrantes.<sup>52</sup>

O estudo acerca do conceito e dos possíveis significados da violência nas escolas e suas implicações sociais é imprescindível, pois amplia as possibilidades de visões e questionamentos para a pesquisa.

Diante do exposto, torna-se de fundamental importância a prevenção acerca da problemática, pois ela pode ser definida como um conjunto de medidas proativas, que são implementadas com antecedência para impedir a ocorrência de um determinado mal. Essas ações, embora planejadas e executadas antecipadamente, têm o objetivo de evitar problemas potenciais, garantindo, assim, a segurança e o bem-estar das pessoas ou a preservação de determinados recursos.

Portanto, ao atuar de maneira preventiva, é possível minimizar ou eliminar riscos antes que se manifestem, promovendo um ambiente mais seguro e estável. Conseqüentemente, ela se torna um elemento essencial na gestão de riscos e na promoção de práticas sociais que garantem um ambiente mais seguro. Nesse contexto, é fundamental compreender como o "mal" é identificado na sociedade contemporânea, especificamente como o delito ou crime, que frequentemente surge devido a diversas falhas estruturais associadas a fatores socioeconômicos.

Diante do exposto, a criminologia clássica, historicamente, abordava o crime de forma simplista, considerando-o uma transgressão contra a sociedade (o "bem") cometida pelo criminoso (o "mal"). No entanto, essa perspectiva evoluiu com o desenvolvimento da criminologia moderna, que interpreta o delito como um ato complexo e multifacetado. Esta abordagem moderna reconhece que o crime resulta de uma cadeia de eventos interrelacionados, indicando que não é apenas um ato isolado de má conduta, mas um fenômeno que deve ser analisado em um contexto mais amplo.<sup>53</sup>

Além disso, a criminologia contemporânea considera os custos e as conseqüências da reação social ao crime, enfatizando que as respostas da sociedade

---

<sup>52</sup> UNESCO. **Violência escolar e bullying: relatório sobre a situação mundial**. Brasília, DF, 2019.

<sup>53</sup> PENTEADO FILHO, Nestor Sampaio. **Manual esquemático de criminologia**. 2.ed. São Paulo (SP): Saraiva, 2012.

são igualmente importantes na compreensão do fenômeno criminal. Assim, o delito deve ser entendido como um ato complexo, no qual os custos da reação social são igualmente relevantes para uma análise completa e integrada do comportamento criminoso.<sup>54</sup>

A prevenção e a moderna compreensão do crime se complementam, destacando a importância de medidas antecipadas e da análise profunda das causas e consequências do delito para promover um ambiente mais seguro e estável. Dessa forma, a abordagem preventiva é mencionada em várias passagens da obra principal de Beccaria, (2005), um dos principais teóricos da criminologia, conforme formulada nos termos modernos. Ele coloca que:

Não só é interesse comum que não sejam cometidos delitos, mas também que eles sejam tanto mais raros quanto maior o mal que causam à sociedade. Portanto, devem ser mais fortes os obstáculos que afastam os homens dos delitos na medida em que estes são contrários ao bem comum e na medida dos impulsos que os levam a delinquir. Deve haver, pois, uma proporção entre os delitos e as penas.<sup>55</sup>

Nesse sentido, compreende-se que a relação entre delitos e penas é uma questão central no campo da criminologia, que envolve reflexões sobre justiça, prevenção e eficácia do sistema penal. Desse modo, evidencia-se a importância de estabelecer uma proporção equilibrada entre a gravidade do crime cometido e a severidade da punição imposta.

Assim, a afirmação de que, os obstáculos que afastam os indivíduos dos delitos devem ser mais fortes na medida em que estes são contrários ao bem comum, reflete uma preocupação fundamental com a proteção dos valores e interesses sociais. Em uma sociedade organizada, espera-se que as leis e punições desempenhem um papel dissuasório, desencorajando comportamentos prejudiciais e promovendo o respeito às normas estabelecidas. Nesse sentido, a gravidade do delito deve ser proporcional à gravidade da pena, de modo a garantir que a resposta do sistema penal seja adequada à violação cometida.

Ademais, a noção de proporção entre delitos e penas está intrinsecamente ligada à ideia de justiça. Para que o sistema penal seja percebido como legítimo e

---

<sup>54</sup> PENTEADO FILHO, Nestor Sampaio. **Manual esquemático de criminologia**. 2.ed. São Paulo (SP): Saraiva, 2012.

<sup>55</sup> BECCARIA, C. **Dos delitos e das penas**. São Paulo: Martins Fontes. 2005, p. 50.

eficaz, é essencial que as punições sejam proporcionais aos crimes cometidos. Isso significa que crimes de maior gravidade devem ser punidos de forma mais severa, enquanto infrações menores podem ser tratadas com medidas menos rigorosas. A falta de proporção entre delitos e penas pode levar a sensação de injustiças e desigualdades, minando a confiança dos cidadãos no sistema de justiça e incentivando sentimentos de ressentimento e revolta.

#### 4.1 Espécies de prevenção

Atualmente, existem várias maneiras de organizar e categorizar as diferentes modalidades de prevenção à violência. Uma abordagem amplamente utilizada é baseada no escopo e no público-alvo da prevenção.

Acerca dos ensinamentos de Brantingham e Faust (1976), Silveira (2007, p. 63) argumenta que a prevenção ao crime envolve a antecipação, o reconhecimento e a avaliação do risco de crimes, além da implementação de ações para remover ou reduzir esse risco.<sup>56</sup>

Além disso, destaca que a prevenção atua em três níveis, prevenção primária, secundária e terciária, que podem ser aplicados conceitualmente ao campo da criminalidade. A prevenção primária, concentra-se em segmentos sociais onde ainda não foram identificadas situações de violência e crime, com a finalidade de evitar o surgimento dessas situações. Isso pode ser alcançado por meio de ações que promovam mudanças sociais em uma comunidade ou na sociedade como um todo, visando reduzir a probabilidade de ocorrência de crimes. Além disso, a prevenção primária também pode envolver ações específicas e pontuais em áreas com alta incidência de criminalidade, com o objetivo de mitigar esses índices.

Silveira (2007), assegura ainda que há uma outra abordagem para definir operacionalmente a prevenção ao crime que consiste em dividi-la em dois tipos distintos. O primeiro tipo é a prevenção indireta ou curativa do crime, que se concentra em reduzir ou eliminar as causas fundamentais do crime e em restaurar o bem-estar social de indivíduos e comunidades. O segundo tipo é a prevenção direta, que se

---

<sup>56</sup> SILVEIRA, A. M. **A prevenção da Violência: Desafio para todos**. Revista Médica de Minas Gerais, [s.l.], v. 16, p.86-91, 2006.

preocupa com os alvos dos crimes e as circunstâncias em que ocorrem, especialmente na redução das oportunidades para a prática criminosa.<sup>57</sup>

Alinhada ao pensamento de Silveira (2007), Susana Carvalhosa definiu uma classificação para os tipos de prevenção utilizados no enfrentamento da violência.<sup>58</sup>

A autora coloca que inicialmente, as intervenções podem ser categorizadas em três níveis distintos: primário, secundário e terciário, sendo que cada uma dessas categorias é determinada de acordo com o momento em que ocorre a intervenção no problema. Por outro lado, há um sistema de classificação da prevenção que é aplicado para identificar a população-alvo e compreender os objetivos dessas intervenções.<sup>59</sup>

#### 4.1.1 Prevenção primária

A prevenção primária é considerada a forma mais eficaz de evitar a ocorrência de crimes, pois atua antes mesmo de seu surgimento, através da implementação planejada de políticas públicas. Nesse sentido, é conhecido que países mais desenvolvidos, como Suécia, Suíça e Japão, destacam-se pela forte ênfase na implementação de políticas públicas, onde o Estado se responsabiliza por fornecer todas as necessidades básicas, ou seja, os direitos sociais de seus cidadãos. Dessa maneira, na ausência de carências elementares, os cidadãos não se veem motivados a cometer crimes para obter saúde (hospitais), educação (escolas) e segurança pública (policimento). Eles já possuem esses direitos garantidos pelo simples fato de serem cidadãos, o que é suficiente para assegurar o mínimo existencial necessário.<sup>60</sup>

Assim, a prevenção primária é a primeira linha de defesa contra a violência, pois busca evitar que ela ocorra em primeiro lugar. Para tanto, é essencial compreender as causas subjacentes da violência e promover condições sociais, econômicas e culturais saudáveis. Essa abordagem envolve a redução dos fatores de risco e o fortalecimento dos fatores de proteção por meio de intervenções como programas de educação, conscientização e desenvolvimento comunitário. Através

---

<sup>57</sup> SILVEIRA, A. M. **Prevenindo homicídios: Avaliação do Programa Fica Vivo no Morro das Pedras em Belo Horizonte**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais, Doutorado em Ciências Humanas. Belo Horizonte, 2007.

<sup>58</sup> CARVALHOSA, S. **Prevenção da violência e do bullying em contexto escolar**. Lisboa: Climepsil, 2010, p. 30.

<sup>59</sup> CARVALHOSA, S. **Prevenção da violência e do bullying em contexto escolar**. Lisboa: Climepsil, 2010, p. 30.

<sup>60</sup> GONZAGA, Christiano. **Manual de criminologia**. São Paulo (SP): Saraiva Educação, 2018.

dessas ações, busca-se criar um ambiente propício à prevenção da violência, criando vínculos sociais, disseminando valores positivos e capacitando as comunidades para lidar com conflitos de maneira construtiva.

Portanto, torna-se imperativo que o Estado adote uma postura proativa, assumindo a responsabilidade a fim de realizar intervenções positivas voltadas às áreas sociais que enfrentam dificuldades, a fim de evitar que tais circunstâncias influenciem os indivíduos a cometerem delitos. Essa abordagem representa uma estratégia indireta de longo prazo, que se concentra nas esferas sociais, visando enfrentar fatores subjetivos como pobreza e desemprego, por meio da implementação de políticas públicas eficazes.

#### 4.1.2 Prevenção secundária

No contexto da prevenção do delito, é essencial considerar não apenas a abordagem primária, mas também a secundária, que visa setores específicos da sociedade suscetíveis à criminalidade. Enquanto a prevenção primária busca evitar que os indivíduos cometam crimes por meio de intervenções antes mesmo de sua ocorrência, a prevenção secundária concentra-se em grupos sociais que podem estar predispostos ao envolvimento em atividades criminosas. Esta abordagem se manifesta de maneira seletiva e geralmente a curto e médio prazo, envolvendo ações como a aplicação da lei, programas de apoio e monitoramento das comunicações.

Por conseguinte, a prevenção secundária destina-se a abordar as condições sociais e fatores de risco que podem contribuir para a propensão de certos grupos à criminalidade. Em vez de focar no indivíduo, concentra-se em comunidades ou segmentos da sociedade que enfrentam desafios específicos, como desemprego, desigualdade social ou falta de acesso a serviços básicos. Ao direcionar recursos e intervenções para esses setores vulneráveis, busca-se não apenas prevenir o cometimento de crimes, mas também promover o desenvolvimento social e reduzir as disparidades que podem alimentar a criminalidade.

A prevenção secundária concentra-se na identificação precoce e na intervenção em situações de risco, com o objetivo de reduzir a incidência e a gravidade da violência. Nessa abordagem, são implementados programas de triagem, detecção e encaminhamento para serviços adequados. Um exemplo desse tipo de prevenção são os serviços de aconselhamento e apoio tanto para vítimas quanto para

agressores. Além disso, programas de mediação de conflitos e intervenção em casos de violência doméstica também se enquadram nessa categoria. A ideia é agir rapidamente diante de sinais de violência em potencial, oferecendo suporte e orientação para reduzir os danos e interromper a escalada do conflito.

Dessa forma, essa modalidade é considerada menos eficaz devido ao fato de ser aplicada após a consumação do crime. Assim, a intervenção concentra-se no local do ocorrido, frequentemente identificado como áreas economicamente e socialmente desfavorecidas, como as periferias urbanas. Além disso, a delinquência nessas regiões está frequentemente associada à necessidade de prover subsistência, manifestando-se principalmente por meio de crimes contra o patrimônio, como furtos.

Vale ressaltar que, nesse tipo de prevenção, observa-se uma autoridade policial forte e atuante, com foco especial nos pontos de maior incidência criminal. Essa estratégia justifica a formação de equipes especializadas de policiamento, direcionadas para áreas específicas. No entanto, é importante destacar que esse tipo de política de atuação pode angariar mais apoio popular do que a prevenção primária. Isso se deve ao fato de que a presença ostensiva de policiamento nas ruas e nos locais de alto índice de criminalidade proporciona uma falsa sensação de segurança.<sup>61</sup>

Portanto, a prevenção secundária desempenha um papel crucial no combate à criminalidade, complementando a abordagem mais ampla da prevenção primária. Ao identificar e intervir em fatores de risco sociais e ambientais, essa estratégia não apenas ajuda a reduzir a incidência de crimes, mas também promove a construção de comunidades mais seguras e resilientes. Investir em programas e políticas que abordem as causas subjacentes da criminalidade em grupos vulneráveis é fundamental para criar uma sociedade mais justa e equitativa, onde todos os cidadãos tenham a oportunidade de prosperar sem recorrer à delinquência.<sup>62</sup>

#### 4.1.3 Prevenção terciária

A prevenção terciária, direcionada à recuperação e reeducação do delinquente visando evitar sua reincidência, é realizada por meio de medidas socioeducativas.

---

<sup>61</sup> GONZAGA, Christiano. **Manual de criminologia**. São Paulo (SP): Saraiva Educação, 2018. p. 206-207.

<sup>62</sup> PENTEADO FILHO, Nestor Sampaio. **Manual esquemático de criminologia**. 2.ed. São Paulo (SP): Saraiva, 2012.

Estas incluem a remição da pena por meio do trabalho e estudo, prestação de serviços comunitários, entre outras ações. Vale ressaltar que tais medidas não devem ser aplicadas apenas após o cumprimento da pena pelo indivíduo. Pelo contrário, é fundamental integrá-las ao processo de cumprimento da pena, operando dentro do sistema prisional através de programas de reabilitação e ressocialização. Estes visam não só à reinserção social do detento, mas também ao apoio à sua família durante o período de encarceramento.

Dessa forma, a prevenção terciária tem como objetivo reduzir as consequências negativas e a reincidência da violência, uma vez que ela já tenha ocorrido. Essa abordagem enfoca a prestação de serviços de apoio e tratamento para as vítimas, além da implementação de programas de reabilitação e reintegração para os agressores. Através dessas ações, busca-se promover mudanças comportamentais, oferecer suporte emocional, reparar danos e fornecer oportunidades para que agressores abandonem padrões violentos e adotem uma vida livre de violência. Assim, é imprescindível reconhecer a importância de interromper o ciclo da violência, oferecendo a chance de recuperação e transformação tanto para as vítimas quanto para os agressores.

É importante ressaltar que esses tipos de prevenção não são mutuamente exclusivos, e muitas vezes se complementam e se sobrepõem. A maneira mais eficaz para prevenir a violência geralmente envolve a combinação de estratégias, adaptadas às necessidades específicas de cada contexto e população-alvo. Portanto, é fundamental considerar os diferentes tipos de prevenção, integrando-as de forma coerente e efetiva em programas e políticas voltados para a redução da violência. Em suma, ao reconhecer a complexidade da violência e seus impactos, devemos adotar uma abordagem abrangente que envolva a prevenção primária, secundária e terciária. Somente por meio de um esforço conjunto, com a aplicação dessas estratégias em conjunto, será possível promover um ambiente seguro, saudável e livre de violência.

A violência escolar é uma questão complexa e abrangente que afeta diversos contextos e grupos sociais. Para abordar essa problemática, é fundamental adotar diferentes tipos de prevenção, cada um com seu foco específico e objetivo.

## 4.2 Como prevenir de maneira eficaz as situações de violência escolar?

Prevenir eficazmente as situações de violência escolar é uma tarefa complexa que requer uma abordagem multidimensional, envolvendo toda a comunidade escolar, incluindo estudantes, professores, pais e administradores. Uma das primeiras medidas a serem adotadas é a promoção de um ambiente escolar positivo. Criar um ambiente acolhedor e seguro pode ser alcançado através de programas de convivência que incentivem o respeito mútuo, a tolerância e a empatia. Atividades que promovam o trabalho em equipe, a inclusão e a diversidade são fundamentais para construir uma cultura de paz dentro da escola.

Além disso, a educação e sensibilização dos alunos sobre questões de violência, *bullying* e comportamentos agressivos são cruciais. No tocante a essa problemática, vale ressaltar a Lei nº 13.185/2015, a qual institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying) em todo território nacional.<sup>63</sup>

Outro aspecto importante seria implementar programas que incluam palestras, workshops e discussões em sala de aula, a fim de ajudar a conscientizar os alunos sobre as consequências da violência e ensinar-lhes habilidades de resolução de conflitos, comunicação assertiva e gestão de emoções. Dessa forma, os estudantes aprendem a lidar com situações de forma mais pacífica e construtiva.

O educador deve atuar de maneira preventiva e interventiva em situações de risco social, buscando criar mudanças e exercer influências positivas nos indivíduos. A educação social opera em conjunto com outros profissionais da área social de forma interdisciplinar, visando à proteção e ao progresso social.<sup>64</sup>

A intervenção precoce também é imprescindível, pois auxilia na prevenção da violência escolar. Dessa forma, identificar e intervir em situações de risco antes que elas se agravem pode fazer uma grande diferença. Para isso, é importante que professores e funcionários sejam treinados para reconhecer sinais de bullying, assédio ou comportamento agressivo. Além disso, a criação de um sistema de relatórios anônimos permite que os alunos denunciem casos de violência ou ameaças sem medo de represálias, incentivando uma comunicação aberta e segura.

---

<sup>63</sup> BRASIL. **Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015.** Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). Brasília, DF, 2015.

<sup>64</sup> PMPR, Cap. Perovano -. Apresentação. 2018. Disponível em: <(fonte: <http://www.proerdbrasil.com.br/oproerd/oprograma.htm>)>. Acesso em: 02 jun. 2024.

O suporte psicológico é também uma peça-chave na prevenção da violência escolar. Oferecer aconselhamento e apoio psicológico para alunos que exibem comportamentos agressivos ou que são vítimas de violência é crucial. Psicólogos escolares e conselheiros devem estar disponíveis para fornecer ajuda e desenvolver planos de intervenção individualizados, ajudando os alunos a lidar com seus problemas de maneira saudável.

O envolvimento da comunidade é igualmente importante. A prevenção da violência escolar deve ir além dos muros da escola e incluir os pais e a comunidade em geral. Realizar reuniões e workshops para pais sobre como reconhecer e lidar com sinais de violência e comportamentos problemáticos pode criar um esforço coordenado para manter os alunos seguros e apoiados em todas as esferas de suas vidas.

Por fim, o monitoramento e a avaliação contínuos das medidas de prevenção são fundamentais para garantir sua eficácia. Realizar pesquisas de clima escolar, analisar incidentes de violência e coletar feedback contínuo da comunidade escolar permitem ajustes e melhorias nas estratégias de prevenção. Em conclusão, a prevenção da violência escolar é uma responsabilidade coletiva que requer um esforço coordenado e contínuo. Implementando essas estratégias, as escolas podem criar um ambiente seguro e propício ao aprendizado, onde todos os alunos têm a oportunidade de desenvolver seu pleno potencial sem medo de violência ou intimidação.

Paralelo a essas medidas existem as Leis de enfrentamento a violência no âmbito escolar, como a Lei nº 13.663/2018 que inclui entre as atribuições das escolas a promoção da cultura da paz e de medidas de enfrentamento a todos os tipos de violência.<sup>65</sup>

---

<sup>65</sup> BRASIL. **Lei nº 13.663, de 14 de maio de 2018**. Altera o art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir a promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência e a promoção da cultura de paz entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino. Brasília, DF, 2018.

## 5 INSERÇÃO DA POLÍCIA NO ÂMBITO ESCOLAR: UMA ANÁLISE CRÍTICA

A inserção da polícia no ambiente escolar é um tema controverso que suscita debates acalorados sobre os papéis das instituições de segurança pública e de educação na sociedade contemporânea. Enquanto alguns defendem essa presença como uma medida necessária para garantir a segurança dos alunos e funcionários, outros questionam os impactos dessa intervenção na dinâmica educacional e no desenvolvimento dos jovens.

Por um lado, os defensores da presença policial nas escolas argumentam que ela é crucial para lidar com questões de violência, criminalidade e uso de drogas que podem afetar negativamente o ambiente escolar. Partido desse pressuposto, há um entendimento de que a presença de policiais pode dissuadir comportamentos indesejados e promover um senso de segurança entre os estudantes, permitindo que eles se concentrem em seus estudos e atividades escolares.

Por outro lado, críticos levantam preocupações sobre os efeitos negativos da presença policial nas escolas. Nesse sentido, a militarização do ambiente escolar pode criar uma atmosfera de medo e desconfiança, tornando os estudantes mais propensos a se sentirem como suspeitos em vez de se sentirem seguros. Além disso, a presença policial pode contribuir para a chamada "escola prisão", onde a disciplina é mantida através da vigilância constante e da imposição autoritária de regras, em detrimento do desenvolvimento da autonomia e da responsabilidade dos alunos.

Outro ponto, se dá pelo fato de que a inserção da polícia nas escolas também levanta preocupações sobre a seletividade das abordagens policiais, especialmente em relação a estudantes de minorias étnicas e socioeconômicas. Estudos têm demonstrado que alunos pertencentes a esses grupos são mais propensos a serem alvo de abordagens policiais e punições disciplinares mais severas, contribuindo para a chamada "criminalização da juventude".

De acordo com Michel Foucault, acerca do poder e da disciplina, a vigilância é um dos mecanismos mais eficazes de controle social. Ele destaca como a sensação de ser constantemente observado molda os comportamentos e as práticas dos indivíduos, promovendo a conformidade com as normas sociais. No contexto escolar, essa vigilância pode ser internalizada pelos alunos, levando-os a regular seus próprios

comportamentos de acordo com as expectativas da instituição e da sociedade em geral.<sup>66</sup>

Por outro lado, Zygmunt Bauman, em suas análises sobre a sociedade líquida moderna, aborda a questão da segurança e do medo. Ele argumenta que a busca pela segurança absoluta muitas vezes resulta em medidas de controle cada vez mais rígidas, que podem minar a liberdade individual e criar uma atmosfera de desconfiança e paranoia. A presença policial nas escolas, nesse sentido, pode contribuir para a ampliação desse clima de medo e incerteza, ao invés de promover um ambiente educacional verdadeiramente seguro e acolhedor.<sup>67</sup>

Além disso, Paulo Freire, com sua pedagogia da libertação, questiona a natureza autoritária das relações de poder na educação. Ele enfatiza a importância da participação ativa dos alunos no processo de aprendizagem e defende uma abordagem pedagógica baseada no diálogo e na conscientização. Ele afirma que:

Uma escola democrática em que se pratique uma pedagogia da pergunta, em que se ensine e se aprenda com seriedade, mas em que a seriedade jamais vire sisudez. Uma escola em que, ao se ensinarem necessariamente os conteúdos, se ensine também a pensar certo.<sup>68</sup>

Nesse contexto, a presença policial nas escolas pode ser vista como uma imposição externa de controle, que vai contra os princípios de autonomia e emancipação.

Portanto, a operação policial visa combater o crime e garantir a segurança da população, porém, pode acarretar efeitos adversos na vida de um estudante. Primeiramente, o temor é uma reação comum diante de uma operação policial em um bairro periférico ou comunidade, devido ao clima tenso e à presença ostensiva de policiais e viaturas. Outro ponto é a sensação de insegurança, mesmo que a operação tenha o propósito de garantir a segurança, a presença policial pode gerar desconfiança e receio na comunidade, deixando os estudantes vulneráveis e apreensivos em seu entorno. Esta realidade é contrastante com escolas em áreas mais privilegiadas, onde operações policiais são raras. Para crianças e adolescentes que vivenciam operações frequentes, isso pode resultar em traumas psicológicos, juntamente com a inadequação estrutural de escolas públicas, exacerbada pela falta

---

<sup>66</sup> FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 1994.

<sup>67</sup> BAUMAN, Zygmunt. **Medo líquido**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008. 229 p.

<sup>68</sup> FREIRE, P. **A educação na cidade**. São Paulo: Cortez, 1991.

de recursos básicos. Assim, é crucial que autoridades adotem medidas para mitigar esses efeitos e garantir a segurança da população sem comprometer a rotina e a saúde mental da comunidade escolar.<sup>69</sup>

O trecho apresenta uma análise profunda sobre a interseção entre violência policial, segregação racial e governança espacial. A ideia central é que o arbítrio policial, longe de representar um desvio antidemocrático, na verdade reflete e reproduz o regime racializado de cidadania em que vivemos. Isso ocorre porque a violência policial está intrinsecamente ligada à manutenção e perpetuação das estruturas de poder que sustentam a segregação racial e a exclusão social.

Acerca desse assunto, Jaime Alves coloca que:

[...] nas geografias-problema o “arbítrio” policial não representa um desvio anti-democrático porque na verdade o nosso regime racializado de cidadania depende da (e é reproduzido pela) violência policial. A concentração da violência policial, dos padrões de vulnerabilidade social e dos homicídios em bairros predominantemente negros sugere, pois, um padrão mórbido de governança espacial, ou, se o leitor/a preferir, uma necropolítica espacial.<sup>70</sup>

Desse modo, compreende-se que a concentração da violência policial em bairros predominantemente negros, juntamente com os padrões de vulnerabilidade social e os altos índices de homicídios nessas áreas, revela um padrão mórbido de governança espacial. Com isso, esse padrão pode ser entendido como uma forma de necropolítica espacial, um termo usado para descrever o uso do poder estatal para determinar quem vive e quem morre em determinados espaços.

Ademais, na necropolítica espacial, a violência é utilizada como uma ferramenta de controle e dominação sobre certas populações, especialmente aquelas consideradas socialmente marginalizadas ou indesejáveis. Nos bairros predominantemente negros, a presença policial muitas vezes não busca proteger os cidadãos, mas sim exercer controle e repressão sobre eles. Isso cria um ambiente de medo e opressão, onde os residentes vivem sob constante ameaça de violência e abuso por parte das autoridades.<sup>71</sup>

<sup>69</sup> <https://www.multirio.rj.gov.br/andar/index.php/186-as-consequencias-das-operacoes-policiais-na-vida-do-estudante-da-comunidade>. Acesso em: 25/04/2024.

<sup>70</sup> ALVES, Jaime Amparo. **TOPOGRAFIAS DA VIOLÊNCIA: NECROPODER E GOVERNAMENTALIDADE ESPACIAL EM SÃO PAULO**. Revista do Departamento de Geografia, v. 22, p. 108–134, 20 nov. 2011.

<sup>71</sup> ALVES, Jaime Amparo. **TOPOGRAFIAS DA VIOLÊNCIA: NECROPODER E GOVERNAMENTALIDADE ESPACIAL EM SÃO PAULO**. Revista do Departamento de Geografia, v. 22, p. 108–134, 20 nov. 2011.

Além disso, a governança espacial baseada na necropolítica também pode ser entendida como uma forma de manter a segregação racial e a exclusão social. Ao concentrar a violência policial em determinadas áreas, o Estado reforça as fronteiras sociais e físicas que separam os grupos privilegiados dos marginalizados. Isso perpetua um ciclo de desigualdade e injustiça que continua a moldar as experiências de vida das comunidades afetadas.<sup>72</sup>

Diante dessas considerações, é essencial adotar uma abordagem cuidadosa e equilibrada ao discutir a presença da polícia no ambiente escolar. Enquanto a segurança dos alunos e funcionários é uma preocupação legítima, é importante considerar os impactos mais amplos dessa intervenção na comunidade escolar e na experiência educacional dos jovens. Portanto, alternativas à presença policial, como a implementação de programas de prevenção de violência, mediação de conflitos e apoio psicossocial, podem ser exploradas para promover um ambiente escolar seguro e acolhedor para todos.

Assim, torna-se imprescindível o debate acerca da atuação da polícia em relação à violência escolar, pois de acordo com as pesquisas feitas no desenvolvimento deste estudo foi percebido que as estratégias de prevenções utilizadas pela instituição se concentram na prevenção secundária e terciária, ao invés de primária. Em outras palavras, as abordagens policiais tendem a reagir a incidentes já ocorridos ou a situações de risco iminente, ao invés de focar na prevenção inicial ou na abordagem das causas estruturais subjacentes à violência escolar.

Compreende-se então que as estratégias de prevenção secundária envolvem intervenções após o início do problema, como investigações de crimes já cometidos dentro das escolas ou patrulhamento preventivo para dissuadir potenciais agressores. Por outro lado, a prevenção terciária refere-se à intervenção após um evento ocorrido, visando mitigar seus efeitos e evitar que o problema se agrave.

Em contrapartida, a prevenção primária focaria na identificação e mitigação das causas raiz da violência escolar antes que ocorram incidentes, envolvendo estratégias educativas, apoio psicossocial aos alunos, e parcerias com a comunidade para promover um ambiente seguro e saudável dentro das escolas.

---

<sup>72</sup> ALVES, Jaime Amparo. **TOPOGRAFIAS DA VIOLÊNCIA: NECROPODER E GOVERNAMENTALIDADE ESPACIAL EM SÃO PAULO**. Revista do Departamento de Geografia, v. 22, p. 108–134, 20 nov. 2011.

[...] no Brasil, em regra as políticas de segurança pública têm servido apenas de paliativo a situações emergenciais, sendo deslocadas da realidade social, desprovidas de perenidade, consistência e articulação horizontal e setorial. [...] Sem a articulação entre polícias, prisões e judiciário, inclusive, sem o envolvimento da sociedade organizada, não existe eficácia e eficiência nas ações de controle da criminalidade e da violência e nas de promoção da pacificação social.<sup>73</sup>

De acordo com os ensinamentos do autor supracitado, é possível tecer uma crítica acerca do sistema de segurança pública no Brasil, uma vez que, observa-se que as políticas existentes geralmente funcionam apenas como medidas paliativas para lidar com crises imediatas, sem abordar de maneira eficaz as raízes estruturais dos problemas de segurança. Dessa forma, as políticas são descritas como desconectadas da realidade social, carecendo de continuidade, consistência e coordenação tanto horizontalmente (entre diferentes órgãos e instituições) quanto setorialmente (dentro de setores específicos do governo e da sociedade).

Desse modo, a falta de articulação entre as forças policiais, o sistema prisional e o judiciário são destacadas como um grande obstáculo para o sucesso das estratégias de controle da criminalidade e violência, bem como para a promoção da pacificação social. Assim, sem uma colaboração efetiva e coordenada entre esses atores, e sem o envolvimento ativo da sociedade civil organizada, as ações de segurança tendem a ser menos eficazes e eficientes na redução dos índices de criminalidade e na garantia de uma convivência social mais pacífica.

Essa análise sugere a necessidade de uma reformulação das políticas de segurança pública no Brasil, enfatizando não apenas a repressão imediata do crime, como a prevenção através de abordagens integradas que considerem as complexas interações entre as diversas dimensões sociais, econômicas e culturais que influenciam na segurança e na criminalidade.

Portanto, enquanto a polícia desempenha um papel crucial na resposta a incidentes de violência escolar e na manutenção da ordem, sua atuação tende a se concentrar mais nas fases secundária e terciária da prevenção, lidando com as consequências e riscos imediatos, ao invés de abordar diretamente as causas subjacentes e implementar medidas preventivas de longo prazo desde o início.

---

<sup>73</sup> CARVALHO, Vilobaldo Adelídio; SILVA, Maria do Rosário de Fátima e. **Política de segurança Pública no Brasil: avanços, limites e desafios**. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 59-67, jan/jun. 2011.

## 5.1 Programa Educacional de Resistência às Drogas e à violência (PROERD)

O PROERD tem como objetivo prevenir o abuso de drogas e a violência em todas as suas formas. Desse modo, busca impedir que crianças e adolescentes em idade escolar comecem a usar abusivamente as diversas drogas disponíveis em nosso meio, ao mesmo tempo que desperta a consciência deles para esse problema e para a questão da violência.

Este programa representa uma contribuição significativa para a prevenção do uso de drogas nas escolas.

A visão do Proerd é que os jovens que refletem sobre as diversas situações são capazes de fazer melhores escolhas, de forma não impulsiva, e de comunicar e relacionar-se melhor com as pessoas, além de manterem-se livres de drogas e obterem maior sucesso em todas as áreas de suas vidas. (MELO e MATOSO, 2013, p. 4).<sup>74</sup>

O Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd), desenvolvido pela Polícia Militar na Bahia desde o ano passado, emerge como uma iniciativa crucial na prevenção ao uso de substâncias ilícitas e à violência nas escolas. Ampliando sua abrangência para além de Salvador, o programa estendeu-se ao município de Feira de Santana, beneficiando escolas em 17 bairros. Através do Proerd, policiais das Companhias Independentes de Polícia Militar (CIPMs) recebem capacitação para conduzir atividades educativas em sala de aula, abordando de forma lúdica e acessível temas sensíveis como autoestima, responsabilidade e cidadania, ao longo de 17 lições.<sup>75</sup>

Essa iniciativa visa à disseminação de conhecimentos sobre prevenção ao uso de drogas e à redução da violência, bem como estabelece uma parceria ativa entre policiais, educadores, estudantes, pais e comunidade em geral. Dezenas de policiais militares já concluíram o curso de Formação de Instrutores do PROERD, o qual capacita oficiais para atuarem nesse papel essencial na comunidade escolar. Essa abordagem colaborativa e multifacetada reflete o compromisso das autoridades com a segurança e o bem-estar dos jovens, reconhecendo a importância de uma abordagem integrada na prevenção desses problemas sociais.

---

<sup>74</sup> MELO, Silas Tiago O. MATOSO, Soraya Érica Rodrigues. **Currículo para crianças do 5º ano do ENSINO FUNDAMENTAL: CAINDO NA REAL/D.A.R.E. (D.A.R.E.'s keepin' It REAL elementary Curriculum)**. America; PMMG; tradução de Silas Tiago O. Melo e Soraya Érica Rodrigues Matoso. – Belo Horizonte: PMMG, 2013.

<sup>75</sup> <https://ssp.ba.gov.br/programas/proerd/>. Acesso em:25/04/2024

O PROERD é a versão brasileira do programa *DARE (Drug Abuse Resistance Education)*, originalmente implementado nos Estados Unidos e atualmente presente em mais de quarenta países, destaca-se como um dos maiores programas de prevenção às drogas e à violência reconhecidos pela ONU. Desde seu início no Brasil, em 1992, o programa já foi implantado em 20 estados do país, enfatizando a transmissão de conhecimento e a construção de laços de confiança entre a polícia militar e a comunidade. Assim, o Proerd surge como uma ferramenta na construção de um ambiente escolar mais seguro e saudável, promovendo a cidadania e o bem-estar dos estudantes.<sup>76</sup>

Ressalta-Se que, desde sua introdução no Brasil em 1992, o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) tem se expandido por todo o país, inicialmente implantado pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro e posteriormente adotado por diversas outras unidades estaduais. Na Bahia, a adesão da Polícia Militar ao PROERD ocorreu em 2003, mas sua efetiva implementação teve início em 2005, com destaque para a cidade de Paulo Afonso.<sup>77</sup>

## 5.2 Operação ronda escolar

A Ronda Escolar é uma iniciativa coordenada pelo Comando de Policiamento Especializado (CPE), estabelecida a partir de 2009 através de um Convênio de Cooperação Técnica entre a Secretaria de Educação do Estado e a Secretaria de Segurança Pública. Seu principal objetivo é implementar o Programa de Melhoria da Segurança nas Escolas, visando garantir um ambiente escolar mais seguro e propício ao aprendizado. Dessa forma, percebe-se que esta operação envolve a presença ostensiva de policiais nas proximidades e dentro das instituições de ensino, com o intuito de prevenir incidentes de violência, combater o tráfico de drogas nas imediações escolares e promover uma maior sensação de segurança entre estudantes, professores e funcionários.

De acordo com o protocolo da Ronda escolar:

A Ronda Escolar é uma operação do orgânico do Comando de Policiamento Especializado (CPE) implementada desde 2009 através do Convênio de

---

<sup>76</sup> <https://ssp.ba.gov.br/programas/proerd/>. Acesso em:25/04/2024

<sup>77</sup> Bahia. Tribunal de Contas do Estado. Auditoria Operacional – **Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD)**.Tribunal de Contas do Estado Bahia (TCE/ BA). Salvador: TCE/BA, 2017.

Cooperação Técnica entre a Secretaria de Educação do Estado e a Secretaria de Segurança Pública, “visando ao desenvolvimento de ações voltadas à implementação do Programa de Melhoria da Segurança nas Escolas”.<sup>78</sup>

Destarte, por meio deste convênio, são estabelecidos protocolos e estratégias para o patrulhamento nas escolas, considerando as necessidades específicas de cada localidade e mantendo um diálogo constante com a comunidade educativa. Além da presença física dos policiais, o programa também inclui ações educativas e preventivas, como palestras sobre segurança, drogas e cidadania, buscando não apenas reagir a incidentes, como também educar e conscientizar os jovens sobre questões de segurança pública e cidadania.

Assim, compreende-se que o Programa de Policiamento Escolar é uma iniciativa de policiamento que visa a garantia da segurança da comunidade escolar por meio de um serviço específico e direcionado. Com isso, a atuação nesse tipo de policiamento envolve a visita regular às escolas para atender às demandas locais, reforçar a presença policial nas unidades operacionais e é conduzida pela Operação Ronda Escolar. Dessa forma, a abordagem do policiamento escolar segue os princípios da Polícia Comunitária, objetivando a prevenção da violência, a repressão de crimes, a proteção das pessoas e do patrimônio, e a promoção da segurança escolar.<sup>79</sup>

Desse modo, o conceito mais difundido entre as polícias brasileiras é o da polícia comunitária, que destaca a importância da proximidade e da colaboração entre a polícia e a comunidade na concepção e implementação de estratégias para combater o crime e reduzir o temor que ele gera na sociedade. No entanto, a abordagem da polícia comunitária vai além disso, pois busca intervir na desordem social antes que ela crie condições favoráveis para a ocorrência de delitos. A principal ênfase da polícia comunitária está na prevenção, através de medidas que promovam a segurança e o bem-estar da comunidade, estabelecendo parcerias com os cidadãos e outros setores da sociedade para enfrentar os desafios de segurança de forma colaborativa e proativa<sup>80</sup>

---

<sup>78</sup> Cartilha Protocolo de Atuação da Ronda Escolar, 2016, P. 10

<sup>79</sup> BRASIL. **Curso Nacional de Policiamento Comunitário Escolar**. Ministério da Justiça e Cidadania/Secretaria Nacional de Segurança Pública: Brasília, DF, 2012.

<sup>80</sup> **Polícia Comunitária e Policiamento Comunitário – Conceito**. Disponível em: <<https://www.policiacomunitaria.ms.gov.br/conceito>>. Acesso em 05 mai 2023.

A Ronda Escolar tem como objetivo principal aumentar a segurança no ambiente escolar, através de patrulhamento e vigilância tanto dentro das escolas quanto nas áreas circundantes, focando na proteção de crianças e adolescentes. Seu trabalho se concentra na prevenção e combate à criminalidade e violência, ao mesmo tempo em que oferece suporte e orientação às escolas, professores e alunos para garantir um ambiente seguro. Além disso, assume a responsabilidade pela proteção das escolas e da comunidade escolar nas proximidades.

A iniciativa da Ronda Escolar, realizada pelo serviço policial militar, visa atender e satisfazer as necessidades de segurança da comunidade escolar, as quais estão legalmente sob sua responsabilidade. É crucial desenvolver estratégias de colaboração entre a polícia e a comunidade escolar para alcançar efetivamente esse objetivo.

### **5.3 Quais estratégias foram utilizadas nas escolas de Itaberaba-ba no ano de 2023?**

No dia 5 de abril de 2023, na cidade de Blumenau, no Vale do Itajaí, em Santa Catarina, um homem invadiu uma creche e matou quatro crianças. Esse lamentável episódio causou uma onda de pânico e insegurança nas escolas brasileiras.<sup>81</sup>

Na cidade de Itaberaba-BA os colégios privados contrataram os serviços de seguranças particulares para ficarem na portaria das escolas, além disso, foi feita uma espécie de rodízios para entrada e saída dos alunos com o fito de evitar aglomerações. Outra estratégia adotada pelas escolas foi a restrição do acesso no interior das instalações.

As escolas públicas, por sua vez, buscaram o apoio da polícia militar que faziam rondas nos entornos das escolas, bem como visitaçã no interior dos colégios, reforçando a “sensação de segurança” com ação de presença.

Faz-se necessário colocar que na cidade de Itaberaba-Ba não houve de fato massacre escolar, o que ocorreu foi uma mensagem, divulgada por meio de *WhatsApp*, onde foi instaurado o pânico por conta do episódio em Blumenau. Entretanto o serviço de inteligência da polícia conseguiu identificar o autor das

---

<sup>81</sup> <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2024/05/24/autor-ataque-creche-blumenau-vai-a-juri-popular.ghtml>

ameaças. A identificação de um jovem como o suposto autor de ameaças direcionadas aos Colégios Centenário, CETEP e Modelo Luiz Eduardo Magalhães, transmitidas através de áudios em grupos de WhatsApp, gerou compreensível preocupação e alarme na comunidade local. Um jovem da zona rural de Itaberaba-Ba que propagou as mensagens. Após descoberto ele informou que se tratava de apenas de uma “brincadeira” que não tinha intenção de fato em executar as ameaças.<sup>82</sup>

Diante do exposto, foi percebido que a realidade se alinha com que os estudiosos colocam, pois, no Brasil, em regra, as políticas de segurança pública têm servido apenas de paliativo a situações emergenciais, sendo deslocadas da realidade social, desprovidas de perenidade.<sup>83</sup>

Portanto, as medidas serviram apenas para dar uma resposta imediata a sociedade e não pensadas e articuladas para trabalhar no problema. Outro aspecto importante é acerca dos efeitos psicológicos que o uso da polícia traria aos estudantes, principalmente os alunos de regiões periféricas. Dessa forma, torna-se evidente a necessidade de um estudo de fato que avalie esses riscos e busque maneiras de prevenir e evitar que esses eventos lastimáveis ocorram nas escolas. Assim, a pesquisa possibilitou a compreensão de que não basta apenas punir, para repelir episódios de violência e tornar a escola mais segura é primordial trabalhar com a prevenção primária, antes de ocorrer o problema. Além disso, é preciso uma equipe multidisciplinar, com psicopedagogos, a família, os professores e os alunos para trabalharem de maneira preventiva por meio da educação e não apenas da repressão.

Importante salientar que as medidas de segurança que foram adotadas no momento da crise não foram continuadas.

---

<sup>82</sup> <https://chapadanoticias.com.br/cidades/policia-apreende-menor-suspeito-de-espalhar-ameacas-a-escolas-em-itaberaba/>

<sup>83</sup> CARVALHO, Vilobaldo Adelídio; SILVA, Maria do Rosário de Fátima e. **Política de segurança Pública no Brasil: avanços, limites e desafios**. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 59-67, jan/jun. 2011.

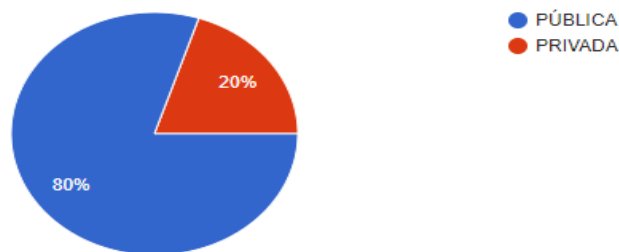
#### 5.4 O contraste da escola pública e da escola privada em face as intervenções da violência no âmbito escolar

As escolas públicas e privadas enfrentam desafios significativos no tocante à intervenção da violência no ambiente escolar, cada uma com suas particularidades e recursos.

Neste estudo, foi utilizado um questionário desenvolvido através do *Google Forms*, respondido por 22 profissionais da área educacional (incluindo professores, diretores e coordenadores) da cidade de Itaberaba/Bahia. Do total de participantes, 80% pertenciam à rede pública e 20% à rede privadas. Foram utilizados codinomes para resguardar a identidade dos participantes, sendo números para referir-se aos da escola pública e letras para os da escola privada.

A instituição que você trabalha é?

20 respostas



84

Fonte: Resposta dos Participantes da Pesquisa.

Quando questionados sobre: “Quais medidas de segurança foram implementadas após os ataques que ocorreram nas escolas brasileiras no ano de 2022 e 2023?”.

Foi possível observar que a maioria dos profissionais da rede pública respondeu que: “nenhuma medida havia sido tomada”.

Participante 2: “Pouco se fala sobre o assunto, em cidades do interior não dão relevância ao assunto é observado que muitas escolas receberam cerca elétrica e câmeras”.

<sup>84</sup> Respostas dos participantes da Pesquisa.

Participante 3: “Na unidade escolar onde trabalho apresentou uma vigilância maior a nível de portaria, como manter os portões fechados e ter uma fiscalização maior com quem entra no ambiente escolar”.

Participante 4: “Implantação de câmeras e mais atenção as pessoas que chegam ao estabelecimento”.

Participante 5: “Reforço na portaria.”

Participante 6: “Instalação de câmeras de segurança, aquisição de detector de metais e contratação de segurança.”

Participante 7: “Palestras que promove políticas de saúde mental nas escolas, atualizou as leis sobre crimes de ódio e *bullying*, visita dos agentes de segurança municipal periodicamente nas escolas.”

Participante 8: “Controle na entrada e saída da escola e a instalação de câmeras”.

Participante 9: “Apenas a ronda escolar realizada pelo guarda civil municipal”.

Os profissionais da rede particular afirmaram que durante o período mencionado, foram contratados vigilantes particulares para reforçar a portaria das escolas. A participante A, afirmou que: “Nesse período, a instituição contratou um segurança para ficar nos portões nos horários de entrada e saída. Durante a rotina ficava circulando nos espaços internos e externos”;

A medida adotada pela instituição particular corrobora o pensamento de Foucault quando ele defende que as instituições de ensino são cercadas por muros altos, monitoramento armado, câmeras de segurança e vigilantes na portaria.<sup>85</sup> Contudo, é importante ressaltar que, embora essas medidas visem proteger o âmbito escolar, elas também levantam questões sobre o equilíbrio entre segurança e um ambiente educacional acolhedor, pois a presença excessiva de segurança pode criar um cenário intimidador ou opressivo para os estudantes, afetando negativamente sua sensação de bem-estar e liberdade dentro da escola.

Alinhado com esse pensamento, Carvalho e Silva alude que No Brasil, geralmente as políticas de segurança pública têm funcionado apenas como medidas paliativas para situações emergenciais, muitas vezes desconectadas da realidade social. Elas carecem de continuidade, consistência e coordenação entre diferentes setores e níveis administrativos. Além disso, sem uma articulação efetiva por meio da

---

<sup>85</sup> FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.

participação da sociedade civil organizada, as ações para controlar a criminalidade, combater a violência e promover a pacificação social não conseguem alcançar eficácia e eficiência desejadas.<sup>86</sup>

Os resultados encontrados também convergiram com as ideias de Oliveira, quando este afirma, que a colaboração entre as instituições educacionais e as entidades de segurança pública tem levado as escolas a implementar iniciativas focadas principalmente em responder aos medos da sociedade, em vez de adotar abordagens que incentivem uma reflexão mais ampla sobre o problema, indo além de uma perspectiva meramente policial.<sup>87</sup>

Os dados obtidos no estudo corroboram os resultados encontrados na literatura, que versa que nas escolas públicas, a intervenção contra a violência muitas vezes se depara com recursos limitados e uma diversidade socioeconômica mais ampla entre os alunos. Frequentemente, há uma dependência maior de programas governamentais e parcerias com organizações não governamentais para implementar estratégias de prevenção e suporte. Contudo, a diversidade cultural e a inclusão são valorizadas, o que pode enriquecer as abordagens de intervenção ao considerar perspectivas variadas sobre o problema.

Por outro lado, escolas privadas geralmente têm mais flexibilidade financeira para investir em medidas preventivas e de segurança. Isso pode incluir a contratação de pessoal especializado em psicologia e mediação de conflitos, bem como a implementação de tecnologias avançadas de monitoramento. A capacidade de resposta imediata a incidentes de violência também tende a ser mais ágil, dada a estrutura administrativa menos burocrática.

Entretanto, apesar dessas diferenças, tanto escolas públicas quanto privadas compactuam o desafio comum de criar uma cultura escolar que promova o respeito mútuo, a empatia e a resolução pacífica de conflitos. Ambos os sistemas educacionais podem se beneficiar da implementação de programas de educação emocional e habilidades sociais, que ajudam os alunos a desenvolverem competências para lidar com suas emoções e relações interpessoais de maneira construtiva.

---

<sup>86</sup> CARVALHO, Vilobaldo Adelídio; SILVA, Maria do Rosário de Fátima e. **Política de segurança Pública no Brasil: avanços, limites e desafios**. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 59-67, jan/jun. 2011.

<sup>87</sup> OLIVEIRA, Windson J. M. **A policialização da violência em meio escolar**. Belo Horizonte: MIMEO, 2008.

Além disso, ambas as esferas educacionais enfrentam a necessidade de envolver não apenas os alunos, mas também suas famílias e a comunidade em geral na abordagem da violência escolar. Parcerias com pais, responsáveis e grupos comunitários são essenciais para fortalecer as iniciativas de prevenção e intervenção, criando assim um ambiente escolar mais seguro e solidário.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na análise das políticas de segurança pública no Brasil, torna-se claro que estas frequentemente têm sido meramente paliativas, reagindo apenas a crises imediatas e negligenciando as causas estruturais subjacentes à criminalidade e à violência. Essas políticas muitas vezes carecem de continuidade, consistência e integração efetiva entre os diferentes setores e instituições responsáveis pela segurança.

A falta de articulação, aliada à ausência de participação significativa da sociedade civil organizada, compromete a eficácia das ações de controle da criminalidade e da promoção da pacificação social. Sem uma colaboração horizontal e setorial robusta, as respostas governamentais tendem a ser fragmentadas e inadequadas para lidar com os desafios complexos e multifacetados da segurança pública.

Diante do exposto, é imperativo que as políticas de segurança pública sejam reformuladas de maneira a promover uma abordagem mais integrada, sustentável e participativa. Isso envolve e fortalece a coordenação entre as instituições responsáveis, além de engajar ativamente a sociedade civil na formulação e implementação de estratégias eficazes de prevenção da criminalidade e promoção da segurança comunitária.

Desse modo, diante da análise crítica das abordagens de segurança nas escolas, torna-se evidente que a utilização da polícia como principal recurso preventivo para combater a violência escolar apresenta limitações significativas. A concentração em medidas reativas, como a presença física de policiais e a resposta a incidentes já ocorridos, muitas vezes falha em abordar as causas profundas da violência, relegando a prevenção primária a um papel secundário. Esta abordagem limitada não apenas negligencia as raízes estruturais dos problemas de segurança, mas também pode intensificar a percepção de uma escola segura apenas superficialmente, sem efetivamente fomentar um ambiente educacional acolhedor e livre de conflitos.

Em contrapartida, uma abordagem de segurança eficaz requer uma equipe multidisciplinar que englobe a colaboração de educadores, psicólogos, assistentes sociais e membros da comunidade. Dessa forma, esta equipe multidisciplinar pode

desenvolver estratégias holísticas e inclusivas que respondam às necessidades imediatas de segurança e promovam a prevenção primária através de programas educativos, apoio emocional aos alunos e intervenções comunitárias. Com isso, a integração de diferentes perspectivas e especialidades permite um enfoque mais abrangente na construção de um ambiente escolar seguro, saudável e propício ao desenvolvimento integral dos estudantes.

Além disso, conforme evidenciado por meio do estudo, a melhor forma de prevenção da violência escolar é a prevenção primária, que visa identificar e abordar as causas subjacentes antes que os problemas se manifestem. Isso inclui o desenvolvimento de políticas escolares proativas, o fortalecimento dos laços comunitários e a implementação de estratégias de promoção da saúde mental e do bem-estar emocional dos alunos.

Portanto, é crucial repensar as políticas de segurança escolar para que sejam mais abrangentes e eficazes, garantindo que as intervenções sejam não apenas reativas, mas também proativas na promoção de um ambiente escolar seguro e acolhedor para todos os envolvidos. Esta abordagem colaborativa e multidisciplinar não apenas fortalece as medidas de segurança, mas também fortalece a comunidade escolar como um todo, contribuindo para um ambiente de aprendizado mais positivo e inclusivo.

## 7 REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Miriam (Coord.). **Cotidiano das escolas: entre violências**. Brasília: Unesco; Observatório de Violências nas escolas; MEC, 2005.
- ABRAMOVAY, Miriam (coord). **Conversando sobre violência e convivência nas escolas**. Rio de Janeiro: FLACSO - Brasil, OEI, MEC, 2012.
- ABRAMOVAY, Miriam; CUNHA, A. L.; CALAF, P. P. **Revelando tramas, descobrindo segredos: violência e convivência nas escolas**. Brasília: RITLA, SEEDF, 2009. Disponível em: <<http://www.miriamabramovay.com/site/index.php>>. Acesso em: 10 jun. 2023.
- ALVES, Jaime Amparo. **TOPOGRAFIAS DA VIOLÊNCIA: NECROPODER E GOVERNAMENTALIDADE ESPACIAL EM SÃO PAULO**. Revista do Departamento de Geografia, v. 22, p. 108–134, 20 nov. 2011.
- ARROYO, M. G. **Quando a violência infantojuvenil indaga a pedagogia**. *Revista Educação e Sociedade*, Campinas, v.28, n.100, p.787-807, maio/ago. 2007.
- Bahia. Tribunal de Contas do Estado. Auditoria Operacional – **Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD)**./Tribunal de Contas do Estado Bahia (TCE/ BA). Salvador: TCE/BA, 2017.
- BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal: introdução à sociologia do direito penal**; tradução Juarez Cirino dos Santos – 6 ed. – Rio de Janeiro: Editora Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2011. P. 175.
- BAUMAN, Zygmunt. **Medo líquido**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008. 229 p.
- BECCARIA, C. Dos delitos e das penas. São Paulo: Martins Fontes. 2005, p. 50.
- BENTHAM, J. **Panopticon or the inspection-house**. In: BOWRING, J. (ed.) Works of Jeremy Bentham. Edinburgh: Tait, p. 37-172, 1843.
- BRASIL.**Curso Nacional de Policiamento Comunitário Escolar**. Ministério da Justiça e Cidadania/Secretaria Nacional de Segurança Pública: Brasília, DF, 2012.
- BRASIL. **Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015**. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). Brasília, DF, 2015.
- BRASIL. **Lei nº 13.277, de 29 de abril de 2016**. Institui o dia 7 de abril como o Dia Nacional de Combate ao Bullying e à Violência na Escola. Brasília, DF, 2016.
- BRASIL. **Lei nº 13.663, de 14 de maio de 2018**. Altera o art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir a promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência e a promoção da cultura de paz entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino. Brasília, DF, 2018.
- BRASIL. **Lei nº 14.164, de 10 de junho de 2021**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica, e institui a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher. Brasília, DF, 2021.

Cartilha Protocolo de Atuação da Ronda Escolar, 2016, P. 10

CARVALHOSA, S. **Prevenção da violência e do bullying em contexto escolar**. Lisboa: Climepsil, 2010, p. 30.

CARVALHO, Vilobaldo Adelídio; SILVA, Maria do Rosário de Fátima e. **Política de segurança Pública no Brasil: avanços, limites e desafios**. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 59-67, jan/jun. 2011.

**COSTA, J. F.** 1993. **O medo social**. Veja: 25 anos. Reflexões Para o Futuro. Abril: São Paulo, 1993, pp. 82-89.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

DRAWIN, C. R. **O paradoxo antropológico da violência**. In: ROSÁRIO, Â. B. do; KYRILLOS NETO, F.; MOREIRA, J. de O. (Orgs.). *Faces da violência na contemporaneidade: sociedade e clínica*. Barbacena: EdUEMG, 2011. p.12-32.

FREIRE, P. **A educação na cidade**. São Paulo: Cortez; 1991.

FOUCAULT, M. **A Sociedade Punitiva**: curso no Collège de France (1972-1973): tradução Ivone C. Benedetti – São Paulo: Martins Fontes, 2015.

FOUCAULT, M. **O sujeito e o poder**. Em H. L. Dreyfus & P. Rabinow (Orgs.). **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. (pp. 231-49). Rio de Janeiro: Forense Universitária.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 1994.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GONZAGA, Christiano. **Manual de criminologia**. São Paulo (SP): Saraiva Educação, 2018.

INEP. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da Educação Básica 2022: notas estatísticas**. Brasília, DF: Inep, 2023

KURZ, Robert. **A frieza para com o próprio eu e a pulsão de morte do sujeito sem fronteiras**. mai. de 2017, p. 50-69. Disponível em: . Acesso em 29 de maio. de 2024.

MASSACRE de Columbine. Memória Globo, 28 de out. de 2021. Coberturas. Disponível em: . Ace DRAWIN, C. R. **O paradoxo antropológico da violência**. In: ROSÁRIO, Â. B. do; KYRILLOS NETO, F.; MOREIRA, J. de O. (Orgs.). *Faces da violência na contemporaneidade: sociedade e clínica*. Barbacena: EdUEMG, 2011. p.12-32.

MELO, Silas Tiago O. MATOSO, Soraya Érica Rodrigues. **Currículo para crianças do 5º ano do ENSINO FUNDAMENTAL: CAINDO NA REAL/D.A.R.E. (D.A.R.E.'s keepin' It REAL elementary Curriculum)**. America; PMMG; tradução de Silas Tiago O. Melo e Soraya Érica Rodrigues Matoso. – Belo Horizonte: PMMG, 2013.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 26. ed. rev. atual. Petrópolis: Vozes, 2007. p.21.

OLIVEIRA, Windson J. M. **A policialização da violência em meio escolar**. Belo Horizonte: mimeo, 2008.

Organização Mundial da Saúde. Informe mundial sobre a violência e saúde. Genebra (SWZ): OMS; 2002.

PAIN, Jacques. **Os desafios da escola em face da violência e da globalização: submeter-se ou resistir?** In: SILVA, Joyce Mary Adam de Paula e; SALLES, Leila Maria Ferreira (orgs.). **Jovens, violência e escola: um desafio contemporâneo**– São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

PENTEADO FILHO, Nestor Sampaio. **Manual esquemático de criminologia**. 2.ed. São Paulo (SP): Saraiva, 2012.

PEREIRA, Ana Carina Stelko-; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. **“Reflexões sobre o conceito de violência escolar e a busca por uma definição abrangente”**. Temas em Psicologia, Vol.18, no1, 45-55, 2010.sso em 03 de nov. de 2023

Informativo Escola Segura orienta sociedade sobre prevenção, ameaças e situações de violência. 21/04/2023. Disponível em: <https://www.bahia.ba.gov.br/2023/04/noticias/educacao/informativo-escola-segura-orienta-sociedade-sobre-prevencao-ameacas-e-situacoes-de-violencia/>. Acessado em: 26/06/2023.

PEREIRA, MATEUS. **Ronda Escolar visita colégios estaduais e reforça segurança**. Governo do Estado da Bahia.19/04/2023. Disponível em: <https://www.ssp.ba.gov.br/2023/04/13766/Ronda-Escolar-visita-colegios-estaduais-e-reforca-seguranca.html> Acessado em:28/06/2023.

PMPR, Cap. Perovano -. Apresentação. 2018. Disponível em: <(fonte: <http://www.proerdbrasil.com.br/oproerd/oprograma.htm>>. Acesso em: 02 jun. 2024.

**Polícia Comunitária e Policiamento Comunitário – Conceito**. Disponível em: <<https://www.policiacomunitaria.ms.gov.br/conceito>>. Acesso em 05 mai 2023.

SHECAIRA, Sérgio Salomão. **Criminologia**, 6ª ed., rev. atual. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 2014.

SILVEIRA, A. M. **A prevenção da Violência: Desafio para todos**. Revista Médica de Minas Gerais, [s.l.], v. 16, p.86-91, 2006.

SILVEIRA, A. M. **Prevenindo homicídios: Avaliação do Programa Fica Vivo no Morro das Pedras em Belo Horizonte**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais, Doutorado em Ciências Humanas. Belo Horizonte, 2007.

SOUZA, R. F. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo**: (1890-1910). São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998, p, 147.

UNESCO. Violência escolar e bullying: relatório sobre a situação mundial. Brasília, DF, 2019.[https://d3e.com.br/wp-content/uploads/one-page\\_2310\\_ataques-escolas-brasil.pdf](https://d3e.com.br/wp-content/uploads/one-page_2310_ataques-escolas-brasil.pdf) Acesso em: 07/04/2024.

VELOSO, NATÁLIA; PIMENTEL, JULIANA. **Brasil teve 5 ataques com mortes em escolas em 2022 e 2023**. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/brasil-teve-5-ataques-com-mortes-em-escolas-em-2022-e-2023/> . Acessado em: 25/06/2023.

VINHA, Telma. **Ataques de violência extrema em escolas no Brasil**. Disponível em: [https://d3e.com.br/wp-content/uploads/relatorio\\_2311\\_ataques-escolas-brasil.pdf](https://d3e.com.br/wp-content/uploads/relatorio_2311_ataques-escolas-brasil.pdf) . Acesso em: 07/04/2024.

<https://agencia.fapesp.br/para-acabar-com-ataques-em-escolas-e-preciso-ir-alem-das-medidas-de-seguranca-afirmam-especialistas/41841> . Acesso em: 22/05/2024.

<https://www.multirio.rj.gov.br/andar/index.php/186-as-consequencias-das-operacoes-policiais-na-vida-do-estudante-da-comunidade>. Acesso em:25/04/2024.

<https://ssp.ba.gov.br/programas/proerd/>. Acesso em:25/04/2024

<https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2024/05/24/autor-ataque-creche-blumenau-vai-a-juri-popular.ghtml>

## APÊNDICE A - FORMULÁRIO

### OS DESAFIOS E LIMITAÇÕES DA PREVENÇÃO A VIOLÊNCIA NO ÂMBITO ESCOLAR

Nome Completo

Nome da Instituição que você trabalha?

A instituição que você trabalha é?

- Pública
- Privada

Como você avalia a eficácia das atuais medidas de segurança implementadas na escola?

Quais medidas de segurança foram implementadas após os ataques que ocorreram nas escolas brasileiras no ano de 2022 e 2023?